

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**COMO ANALISAR COM FINS DE MINIMIZAR OS RISCOS
DE CRÉDITOS CONCEDIDOS NAS INSTITUIÇÕES
FINANCEIRAS NA ATUAL CONJUNTURA ECONÔMICA**

CURITIBA
1998

MÁRCIA KAID BAZZO

**COMO ANALISAR COM FINS DE MINIMIZAR OS RISCOS
DE CRÉDITOS CONCEDIDOS NAS INSTITUIÇÕES
FINANCEIRAS NA ATUAL CONJUNTURA ECONÔMICA**

**Monografia de Conclusão do
Curso de Pós Graduação de
Contabilidade e Finanças da
Universidade Federal do Paraná,
sob a orientação do professor Dr.
Vicente Pacheco, para obtenção
de grau de aprovação.**

CURITIBA
1998

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos meus amigos de trabalho, que colaboraram de forma decisiva para a realização deste trabalho, fornecendo sugestões fundamentais para a boa condução do mesmo.

Faço agradecimentos aos Dcentes do curso de especialização de Contabilidade e Finanças da Universidade Federal do Paraná, em especial ao meu orientador Professor Dr. Vicente Pacheco, que contribuíram para a ampliação da base de conhecimento, que de forma direta ou indireta também me auxiliaram na elaboração desta monografia.

Cabe um agradecimento especial aos Docentes do Curso de Especialização de Contabilidade e Finanças da Universidade Federal do Paraná, que possibilitou a todos nós a oportunidade de buscar maiores conhecimentos e de orientação para a realização do presente trabalho, através do incentivo a pesquisa para a execução das diversas monografias, àqueles que nos foram passados através dos professores das demais disciplinas.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho acadêmico, faz parte complementar do Curso de Especialização em Contabilidade e Finanças da Universidade Federal do Paraná e tem o intuito de elaborar uma pesquisa de aprofundamento sobre “COMO ANALISAR COM FINS DE MINIMIZAR OS RISCOS DE CRÉDITOS CONCEDIDOS NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NA ATUAL CONJUNTURA ECONÔMICA”, visando um melhor gerenciamento de risco de crédito de uma instituição financeira.

Este trabalho tem por objetivo ampliar a visão dos gerentes/analistas com relação às decisões de crédito e ao gerenciamento dos ativos resultantes, pois a qualidade do crédito deve sempre ter precedência sobre o aproveitamento das oportunidades de negócios.

A qualidade de um banco depende essencialmente da liquidez dos seus créditos.

O assunto foi escolhido pelo fato de que temos presenciado situações de grande desconforto ao meio bancário e comercial em consequência da constante instabilidade das empresas, ocasionando um elevado volume de inadimplência, concordatas e falências das mesmas, incorrendo em sucessivos prejuízos junto ao mercado financeiro.

Com a globalização constatamos que muitas empresas tradicionais que no passado tiveram uma estrutura “sólida” e eram confiáveis, de um momento para outro, tornaram-se não mais merecedoras de “CRÉDITO”.

Particularmente, as instituições financeiras vem sofrendo com a liberação de crédito “mal dado” sem as respectivas garantias de retorno efetivo.

Com a implantação do Plano Real, houveram diversas alterações na política econômico-financeira do País e, para alcançar a estabilização, o governo vem adotando a

política de altas taxas de juros, pressionando a capacidade de solvência de pessoas físicas e jurídicas, criando com isso elevados índices de inadimplência.

Desta maneira, torna-se extremamente delicada a concessão de crédito, ou seja, quando concedemos um crédito, nós acreditamos que o cliente vai honrar seus compromissos para conosco e, neste sentido, caso tenhamos tomado uma decisão errada, dependendo do risco que aprovarmos poderemos prejudicar a instituição financeira, afetando a sua estrutura de capital.

A conclusão será fundamentada também nos vários enfoques dados ao assunto por autores conceituados. Será apresentado um caso real, aplicado junto a empresa SABARÁLCOOL S/A – AÇÚCAR E ÁLCCOL que servirá de fonte de reflexão, principalmente por parte dos profissionais atuantes na área de análise econômico-financeira das empresas voltada para o crédito, ou mesmo para o campo de investimentos, utilizando-se os demonstrativos financeiros publicados em jornal, referente aos exercícios encerrados em 31/12/95, 31/12/96 e balancete de 30/06/97.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	CRÉDITO	2
3	ANÁLISE DE CRÉDITO	3
3.1	POLÍTICA DE CRÉDITO.....	3
3.2	DECISÃO DO CRÉDITO	4
3.2.1	RISCOS E INCERTEZAS.....	5
3.3	OS C' s DO CRÉDITOS	6
3.4	CONDIÇÕES PARA ANÁLISE DE CRÉDITO	7
3.4.1	CARÁTER.....	7
3.4.1.1	PESSOA JURÍDICA.....	8
3.4.1.2	PESSOA FÍSICA	8
3.4.2	CAPACIDADE	8
3.4.2.1	PESSOA JURÍDICA.....	9
3.4.2.2	PESSOA FÍSICA	9
3.4.3	CAPITAL.....	10
3.4.3.1	PESSOA FÍSICA	10
3.4.4	COLATERAL	11
3.4.5	CONDIÇÕES.....	11
3.4.5.1	RISCOS DE MERCADO	12
3.4.6	CONGLOMERADO	12
3.5	PROPOSTA DE CRÉDITO.....	13
3.5.1	CADASTRO	13
3.5.1.1	PESSOA FÍSICA.....	14
3.5.1.2	PESSOA JURÍDICA.....	16
4	EMPRESA	29

4.1	DO PONTO DE VISTA DO ADMINISTRADOR DE EMPRESA.....	29
4.2	ADMINISTRAÇÃO	29
5	ANÁLISE ECONÔMICO - FINANCEIRA.....	31
5.1	BALANÇO PATRIMONIAL.....	31
5.1.1	Definição:	31
5.1.2	Importância do Balanço:	32
5.1.3	Estrutura:	33
5.1.3.1	ATIVO.....	34
5.1.3.2	PASSIVO.....	38
5.1.4	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO	42
6	ANÁLISE DOS DADOS FINANCEIROS.....	48
6.1	ANÁLISE VERTICAL	48
6.2	ANÁLISE HORIZONTAL	49
7	ANÁLISE DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS.....	50
7.1	ÍNDICES DE ESTRUTURA.....	51
7.1.1	Participação de Capitais de Terceiros.....	51
7.1.2	Endividamento Bancário	52
7.1.3	Endividamento Oneroso.....	52
7.1.4	Composição de Exigibilidades.....	53
7.1.5	Participação de Capitais de Terceiros no Investimento Total	53
7.1.6	Imobilização do Patrimônio Líquido.....	54
7.1.7	Margem de Garantia a Capitais de Terceiros	54
7.2	ÍNDICES DE LIQUIDEZ.....	55
7.2.1	Liquidez Geral	55
7.2.2	Liquidez Corrente.....	56
7.2.3	Liquidez Seca	56
7.2.4	Relação NCG/Vendas	57
7.2.5	Relação Tesouraria/Vendas.....	58
7.2.6	Relação Longo Prazo/Vendas	58

Como analisar com fins de minimizar os riscos de créditos concedidos nas instituições financeiras na atual conjuntura econômica

7.2.7	Relação CGP/Vendas.....	59
7.2.8	Ciclo Financeiro.....	59
7.3	ÍNDICES DE DESEMPENHO OPERACIONAL.....	60
7.3.1	Giro do Ativo.....	60
7.3.2	Recursos das Operações Sobre Faturas a Receber.....	60
7.3.3	Recursos das Operações Sobre NCG.....	61
7.4	ÍNDICES DE RESULTADO.....	61
7.4.1	Rentabilidade do Ativo.....	61
7.4.2	Rentabilidade do Patrimônio Líquido.....	62
7.5	ÍNDICES DE RELAÇÕES COM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO.....	62
7.5.1	Financiamentos Investimentos Totais por Instituições de Crédito.....	62
7.5.2	Participações Instituições de Crédito no Endividamento.....	63
7.5.3	Financiamento do Ativo Circulante por Instituições de Crédito.....	63
7.6	ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (A.S.F).....	65
7.7	ANÁLISE DO CICLO FINANCEIRO.....	68
7.7.1	Decomposição do Ciclo Financeiro.....	68
7.7.1.1	FATURAS A RECEBER.....	68
7.7.1.1.1	Aspecto Financeiro.....	69
7.7.1.1.2	Aspecto Econômico.....	69
7.7.1.1.3	Resultado.....	69
7.7.1.2	ESTOQUES.....	69
7.7.1.2.1	Aspecto Financeiro.....	69
7.7.1.2.2	Aspecto Econômico.....	70
7.7.1.2.3	Resultado.....	70
7.7.1.3	ADIANTAMENTO A FORNECEDORES.....	70
7.7.1.3.1	Aspecto Financeiro.....	70
7.7.1.3.2	Aspecto Econômico.....	71
7.7.1.3.3	Resultado.....	71
7.7.1.4	DESPESAS ANTECIPADAS.....	71
7.7.1.4.1	Aspecto Financeiro.....	71
7.7.1.4.2	Aspecto Econômico.....	72

7.7.1.4.3 Resultado	72
7.7.1.5 FORNECEDORES.....	72
7.7.1.5.1 Aspecto Financeiro	72
7.7.1.5.2 Aspecto Econômico.....	73
7.7.1.5.3 Resultado	73
7.7.1.6 OBRIGAÇÕES FISCAIS.....	73
7.7.1.6.1 Aspecto Financeiro	73
7.7.1.6.2 Aspecto Econômico.....	74
7.7.1.6.3 Resultado	74
7.7.1.7 OBRIGAÇÕES SOCIAIS	74
7.7.1.7.1 Aspecto Financeiro	74
7.7.1.7.2 Aspecto Econômico.....	75
7.7.1.7.3 Resultado	75
7.7.1.8 ADIANTAMENTO DE CLIENTES	75
7.7.1.8.1 Aspecto Financeiro	75
7.7.1.8.2 Aspecto Econômico.....	76
7.7.1.8.3 Resultado	76
8 PRINCIPAIS ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS EM UMA ANÁLISE.....	77
CONCLUSÃO.....	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	97

1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira, hoje deflacionária, continua apresentando altas taxas de juros, as quais têm sido um instrumento amplamente utilizado para conter o consumo interno do País, que aliada a escassez de capital de giro, tem tido um efeito estrangulador para as empresas fazendo com que muitas empresas recorram as instituições financeiras afim de buscar recursos para sua sobrevivência.

Hoje o País precisa retomar seu crescimento, e as instituições financeiras têm o importante papel de intermediar os recursos através da concessão de crédito às diversas empresas, com os mais variados ramos de atividade, porém com cautela e procedimentos que visem assegurar ao máximo o retorno do que se emprestou.

Apesar da realidade brasileira apresentar um panorama econômico confuso, os métodos utilizados na avaliação de crédito evidenciam com mais clareza os problemas vividos por estas empresas, tornando a tomada de decisões por parte dos agentes externos, e até mesmo internos, mais segura.

Neste aspecto, faz-se necessário demonstrar a importância do acompanhamento do desempenho econômico-financeiro através dos Demonstrativos Financeiros da Empresa, o qual nos permite avaliar a sua administração, sua atuação no mercado, no sentido de detectar possíveis pontos de estrangulamento que podem estar impactando no resultado final da empresa, extrair os principais pontos tanto positivos como negativos, que foram coletados através da verificação dos demonstrativos financeiros apresentados e elaborar parecer técnico.

2 CRÉDITO

- É a prova de confiança ;
- É o fornecimento de um bem, atualmente disponível, por uma promessa de pagamento;
- É maneira de captar recursos para fins comerciais, industriais, agrícolas, etc.
- É o ato de emprestar uma soma em dinheiro ou vender um bem, aceitando que o pagamento por esse bem vendido ou pelo dinheiro emprestado, seja posterior à data da transação efetuada.

Entretanto, a palavra crédito têm um significado amplo: como confiança, fé, segurança, entre outros.

Segundo Schrickel, crédito é “todo ato de vontade ou disposição de alguém de destacar ou ceder, temporariamente, parte do seu patrimônio a um terceiro, com a expectativa de que esta parcela volte a sua posse integralmente, após decorrido o tempo estipulado”.

Assim, o crédito veio para agilizar e facilitar a atividade econômica, bem como as transações comerciais, onde o capital é sempre necessário para a realização dos grandes negócios, beneficiando com isto, o desenvolvimento das indústrias, comércios e principalmente a sociedade.

O crédito constitui-se num dos mais importantes instrumentos de política financeira, antecipando os recursos necessários a manutenção das diversas atividades econômicas.

3 ANÁLISE DE CRÉDITO

Cabe destacar a importância dos bancos como intermediadores financeiros interagindo na captação de recursos, através de agentes com superávit de caixa e repassando estes recursos a agentes com déficit de caixa ou com necessidades de expandir suas atividades.

O principal objetivo na análise de crédito de uma instituição financeira é o de identificar os riscos dessas operações, evidenciando seus pontos positivos e negativos e finalizando com conclusões quanto a capacidade de pagamento e solvência das mesmas, tomando por base informações sobre o seu passado e cujos efeitos se projetam para o futuro, devendo ser calçada na capacidade de gerar recursos e determinação para liquidar as operações, principalmente nos prazos e condições concordadas junto a seus clientes.

É fundamental ter o maior volume de informações possíveis sobre o tomador do crédito, tanto objetivas como subjetivas.

3.1 POLÍTICA DE CRÉDITO

A Política de Crédito de uma Instituição deve propiciar a atuação normal dos responsáveis pela ponta de linha, na operação com seus clientes e/ou na conquista de novos clientes/mercados.

Há necessidade de definição de um nicho de atuação do mercado bem como os tipos de clientes que serão aceitos para operações de crédito, para cada tipo de segmentação exposta, devem ser estabelecidos parâmetros específicos para a formulação da Política de Crédito.

As decisões de crédito não devem basear-se somente na garantia pois o objetivo da instituição é receber o crédito concedido com os respectivos juros e não executar a garantia para recebê-lo.

3.2 DECISÃO DO CRÉDITO

O processo decisório envolvendo concessão de crédito está intimamente ligado a diversos fatores internos e externos de uma instituição, dos quais podemos citar:

- alçadas,
- taxas,
- prazos,
- garantias,
- comportamento do setor no mercado,
- tendências econômicas,
- tradição,
- experiência,
- análises de balanços e
- cadastro

Devemos considerar primordialmente o futuro tomador, sendo necessário acompanhar e atualizar informações sobre este, verificando se os riscos e os pontos positivos são os mesmos.

3.2.1 RISCOS E INCERTEZAS

Os riscos são avaliados a partir de informações cadastrais e probabilidades efetivas de que fatos irão acontecer. É fundamental que haja evidência e fatos que já estejam acontecendo, ou cuja previsibilidade de ocorrência possa ser mensurada ou prevista com realismo e certeza.

A incerteza é a impossibilidade de avaliar ou prever a ocorrência de fatos com objetividade e segurança. Esta impossibilidade decorre da falta de informações ou pela falta de evidências seguras de que os fatos irão ocorrer e quando eles acontecerão.

A avaliação de riscos de crédito deve ser feita de forma clara e objetiva. Não se pode trabalhar com hipóteses absurdas de difícil ou total impossibilidade de ocorrência. Fatos devem ser analisados. A realidade e o bom senso deve sempre prevalecer sobre a opinião infundada ou desinformada. Se esta prevalecer, a margem de erro na concessão de crédito será enorme.

Para avaliar adequadamente o potencial de crédito de uma empresa, a instituição financeira deverá estar atenta para:

- A capacidade de pagamento do devedor, analisando os riscos de insolvência;
- A sazonalidade da empresa, analisando o risco financeiro de um fluxo de caixa inadequado as condições de pagamento do empréstimo pleiteado.
- desempenho dos sócios/administradores no campo de atuação da empresa, analisando o problema do risco da gestão empresarial;
- desempenho da empresa no mercado perante seus concorrentes ao longo do tempo, analisando o problema do risco operacional;

Como vimos, a preocupação sempre será a de minimizar os riscos de uma operação de crédito, para que a instituição financeira aloque seus recursos da melhor forma possível, procurando atender às necessidade de:

- Produção, através do crédito para manutenção da atividade industrial, comercial ou de serviços;
- Consumo direto, através do crédito direto ao consumidor, para aquisição de bens e/ou serviços;
- Governo, através de crédito para investimentos ou obras públicas.

Quanto á sua finalidade e natureza, genericamente, o crédito pode ser concedido:

- A curto prazo, para suprir as necessidades temporárias de caixa das empresas;
- A longo prazo, para investimentos em máquinas, equipamentos, instalações com visitas à ampliação da atividade.

3.3 OS C' S DO CRÉDITOS

O crédito constitui-se num dos principais instrumentos de política financeira, antecipando os recursos necessários à manutenção das diversas atividades importantes de uma nação. Por isso, o crédito deve ser concedido àquele que tenha capacidade para saldar o compromisso assumido, dentro das condições e prazos acordados.

São necessárias informações, análise de todos os aspectos e ponderações das possibilidades de ocorrência no futuro, para se conceder o crédito.

Dentre os aspectos a serem analisados, estão os c's do crédito:

- Condições
- Caráter
- Capacidade

- Capital
- Colateral
- Conglomerado

3.4 CONDIÇÕES PARA ANÁLISE DE CRÉDITO

A concessão de crédito, regra geral, implica na confiança do credor junto ao devedor; principalmente, calçada na capacidade deste de gerar recursos de determinação para liquidar a operação proposta nos prazos e condições acordadas

Para que o credor conclua desta forma, tem antes que avaliar uma série de variáveis, que podem ser agrupadas nos chamados “C”s do crédito.

Analisando o potencial do devedor sob a ótica dos dos “C”s do crédito, estar-se-á tendo uma base primária para decisão de concessão de crédito, que compreende a avaliação de seu caráter, sua capacidade, seu capital, suas condições, seu colateral e seu conglomerado.

3.4.1 CARÁTER

Consiste na avaliação histórica do potencial devedor, quanto à sua idoneidade em saldar os compromissos assumidos. Esta deve ocorrer através do histórico das operações que já se efetuou com o mesmo, e também há que se buscar em fontes de dados adequados, os desabonos que possam ter tido com outros credores.

3.4.1.1 PESSOA JURÍDICA

A pesquisa deve abranger a Pessoa Jurídica, seus sócios, seus administradores, bem como das empresas do grupo econômico a que pertencem.

Os desabonos a serem pesquisados são:

- Atrasos nas operações já realizadas em nosso banco, ou em operações com outros bancos e com fornecedores;
- Protestos;
- Execuções;
- Resolução BACEN
- Concordata Requerida/Deferida;
- Falência Requerida/Decretada;
- Outros desabonos.

3.4.1.2 PESSOA FÍSICA

A pesquisa deve abranger a Pessoa Física proponente e os avalistas/fiadores.

Os desabonos pesquisados devem ser os mesmos citados na Pessoa Jurídica.

3.4.2 CAPACIDADE

A capacidade refere-se a habilidade de pagar, bem como a experiência e o equilíbrio na tomada de decisões ou seja o seu potencial de um bom gerenciamento atual e futuro.

É fundamental para se mensurar, em valores monetários, o limite de crédito do proponente conforme sua característica:

3.4.2.1 PESSOA JURÍDICA

- Tradição da atuação da empresa no mercado;
- Tradição dos sócios/administradores no mercado;
- Experiência e formação dos sócios em relação a sua atividade;
- Capacidade da produção nominal/efetiva e utilizada;
- Recursos Humanos mão-de-obra especializada e não especializada;
- Grau de tecnologia empregada;
- Projetos de expansão/modernização da produção;
- Fontes de matérias-primas no mercado interno e externo;
- Instalações de Depósitos de distribuição;
- Frota de Veículos para distribuição;
- Instalações e escritórios de administração e representação;
- Outros fatores que impliquem na avaliação da capacidade interna da empresa para atuação no mercado.

3.4.2.2 PESSOA FÍSICA

- Formação e experiência na atividade que exerce;
- Tempo no emprego;

- Empresa em que trabalha: porte e tradição;
- Outros fatores internos que impliquem na avaliação de sua capacidade para gerar recursos e assumir compromissos.

3.4.3 CAPITAL

Envolvem principalmente a situação financeira da empresa e são avaliados através da análise de balanço/balancetes, visitas e outras informações completa sobre a real situação financeira.

É a avaliação da situação patrimonial do proponente, levando em conta as suas decisões de “usos de Recursos” e obtenção de “fontes de Recursos” para as suas atividades. O reflexo dessas decisões retrata a situação patrimonial da empresa, através dos seus resultados. Se os sócios e administradores tomarem as decisões de forma acertada, durante o período, os resultados favoráveis fortalecerão e consolidarão a situação patrimonial da empresa. Se as decisões foram mal formuladas, refletirá negativamente e afetará a situação patrimonial da empresa como um todo.

3.4.3.1 PESSOA FÍSICA

- Renda Mensal/Anual (geração de recursos);
- Relação de Bens (acumulação de riquezas decorrentes de sua atividade);
- Endividamento que recaem sobre os bens ou para a sua manutenção pessoal.

3.4.4 COLATERAL

É a avaliação da capacidade acessória do proponente em oferecer garantias adicionais à operação proponente em oferecer garantias adicionais à operação proposta ou ao risco global que assumiu.

No caso de Pessoa Jurídica, estará representado pelos bens patrimoniais pessoais dos sócios e bens da empresa. Esses bens podem, à medida do risco a assumir ou assumidos, serem arrolados como acessórios à decisão.

Este item, como garantia, deve ser avaliado sempre após a avaliação dos demais “C’s” do Crédito para que não seja o objeto principal da decisão e sim acessórios.

No caso de Pessoa Físicas, este item deve ser avaliado em relação aos bens patrimoniais do proponente e avalista/fiadores.

3.4.5 CONDIÇÕES

São representados por condições, os quais abrangem as forças que atuam no mercado, eles são reflexos das políticas governamentais, bem como ações dos concorrentes, as decisões dos fornecedores e o comportamento dos cliente.

Essas ações podem atuar de forma positiva, quando beneficiam a empresa, ou de forma negativa quando ocasionarem maiores custos/despesas ou outras dificuldades.

É possível conhecer e entender os efeitos das políticas governamentais sobre a economia, porém, é muito difícil de mensurar com exatidão os efeitos sobre cada empresa e seus clientes, cada um poderá ser afetado de forma diferente, o mesmo acontece com seus concorrentes.

Em alguns setores e para muitas empresas pequenas estes riscos são extremamente difíceis de serem avaliados pela administração da empresa. Entretanto, o administrador deverá

estar atento para se adequar a estas situações, para tentar eliminar os riscos ou pelo menos minimizá-los, e no caso de apresentar benefícios deve tirar o máximo proveito dele.

Os riscos ligados à ação do Governo, seja Federal, Estadual ou Municipal são:

- Políticas Monetárias;
- Políticas de Rendas;
- Políticas Fiscais e Tributárias;
- Política Setorial e de Incentivos;
- Política Cambial.

Os riscos de mercado são os que envolvem a relação da empresa com fornecedores, concorrentes ou clientes. Estes riscos torna-se mais grave quando a administração da empresa não esta atenta ao reflexo que poderá vir a causar, sendo condizente a empresa a se estruturar adequadamente com a real situação evitando assim o risco de mercado.

3.4.5.1 RISCOS DE MERCADO

- Concorrência;
- Concentração;
- Sazonalidade;
- Hábitos de consumidores.

3.4.6 CONGLOMERADO

É a avaliação conjunta do grupo de sociedades a que pertence a empresa.

A Lei das Sociedades Anônimas – 6404 de 15.12.76, artigos 265 a 277, trata dos aspectos formais e legais do Grupo de Sociedades. Entretanto, poucos “grupos” se constituíram sob o aspecto legal, dada a complexidade e formalidades exigidas.

Quanto a crédito não devemos nos prender a este aspecto e sim a ligações societárias entre empresas, identificando controladoras (s), controlada (s), a fim de avaliarmos a performance global do grupo econômico e, neste caso, repassando a avaliação dos demais “C”s do crédito para todas as empresas do grupo econômico.

3.5 PROPOSTA DE CRÉDITO

Os processos de decisão de crédito de uma instituição financeira devem ser formalizados, por escrito, contendo uma análise de crédito do tomador e dos sócios da empresa.

Segundo Schrickel, o processo de crédito, fundamenta-se em:

- relacionamento e a idealização de uma proposta de crédito em termos de montante, modalidades, prazos e garantias;
- a formalização da proposta concreta para a aprovação das alçadas competentes;
- a gerência constante do relacionamento e do crédito aprovado (limites e empréstimos) visando monitorar continuamente sua utilização e qualidade, “a fim de minimizar os riscos expostos ao banco”;

3.5.1 CADASTRO

O cadastro é um conjunto de dados e informações a respeito da Pessoa Física ou Jurídica, que permite a uma instituição financeira conceder créditos com os níveis de segurança almejados, desde que conjugados com outros tipos de informações.

A ficha cadastral deve conter dados e informações a respeito do cliente, de modo a se identificar o seu perfil sócio-econômico.

3.5.1.1 PESSOA FÍSICA

Dados Pessoais:

- Nome completo;
- Número do CPF;
- Número do RG;
- Profissão;
- Filiação;
- Data de Nascimento;
- Nacionalidade;
- Estado Civil;
- Regime de Casamento;
- Número de Dependentes e;
- Endereço.

Dados Profissionais:

- Empresa em que trabalha;
- Endereço Comercial;
- Data de admissão;
- Cargo;

- Renda; e
- Tempo de Serviço.

Dados do Cônjuge:

- Nome;
- Empresa onde Trabalha;
- Cargo;
- Renda; e
- Endereço.

Fontes de Referência:

- Podem ser Pessoais;
- Comerciais;
- Bancárias;
- Cartões de Crédito; etc.

Bens e Imóveis

- Casas;
- Apartamentos;
- Terrenos;
- Fazendas, etc.

Discriminando o valor de mercado, metragem, endereço, existência de ônus, etc., com confirmação através de escritura.

Outros Bens:

- Veículos;
- Títulos;

- Poupança;
- Linhas Telefônicas, etc.

Seguros:

- Informar Tipo de Seguro;
- Valores; e
- Vencimentos.

Participação em Empresas:

- Nome da Empresa de que Participa;
- CGC da Empresa;
- Capital Social; e
- Percentual de participação.

3.5.1.2 PESSOA JURÍDICA

Identificação da Empresa

- Razão Social;
- Nome Fantasia;
- Endereço da Sede Social;
- Data de Constituição;
- Capital Social; e
- Controle Acionário.

Atividade da Empresa:

- Discriminar o Ramo de Atividade da Empresa;
- Número de Empregados;
- Principais Produtos Vendidos;
- Compras do Último Exercício; e
- Vendas do Último Exercício (% Mercado Interno e % Mercado Externo).

Acionistas/Sócios/Titular:

- Identificar Nominalmente os Acionistas;
- Sócios e/ou Titulares da Empresa;
- Número do CPF ou RG;
- Nacionalidade; e
- Participação no Capital da Empresa.

Diretores/Sócios Gerentes:

- Identificar Nominalmente os Diretores e Gerentes da Empresa;
- Número do CPF;
- Cargos que Ocupam, etc.

Bens Imóveis da Empresa:

Relacionar os bens imóveis da empresa, sua localização, endereço, município, metragem, valor de mercado, existência de ônus, com confirmação através de escritura.

Participação em Empresas:

- Relacionar nomes das empresas em que participa;
- CGC;

- Sede;
- Capital Social; e
- Percentual Sobre o Capital Votante.

Participação dos Sócios/Diretores:

- Relacionar o Nome das Empresas de que Participam;
- CGC;
- Cargo;
- Período de Mandado, etc.

Seguros que a empresa possui:

- Nome da Seguradora;
- Modalidade do Seguro;
- Valor do Seguro; e
- Vencimento.

Referência Comerciais:

- Relacionar Principais Fornecedores e Clientes da Empresa;
- Endereços; e
- Número do CGC.

Referências de Instituições Financeiras:

Relacionar as instituições onde mantém ou manteve operações de crédito e contas correntes.

As cópias dos documentos a seguir relacionados, devem ser anexados à Ficha Cadastral, passando a fazer parte desta:

PESSOA FÍSICA

- Último Comprovante de Rendimento;
- Última Declaração do Imposto de Renda ou Guias de Recolhimento;
- Cédula RG;
- Carta do Cliente Declaração Homonímia, além de Certidões Negativas, quando necessária.

PESSOA JURÍDICA:

- Estatuto ou Contrato Social da Empresa;
- Últimas atas de assembléia, especificando aumento de capital e alterações na composição acionária ou societária devidamente registrada na Junta Comercial do Estado;
- Três últimos balanços patrimoniais, balancete recente e respectivos demonstrativos de resultados, devidamente assinados pelos titulares da empresa e contador;
- Certidões negativas de protestos, ações executivas, concordatas e falências, quando necessárias;
- Ficha Serasa, quando houver.

A correta identificação do cliente permite uma análise mais apurada, para efeito de concessão de crédito. Nessa análise, os principais aspectos a serem observados são:

PESSOAS FÍSICAS

- Estado Civil/Regime de Bens

É necessário levar em conta as diferentes modalidades, pois pode haver implicação da responsabilidade do cônjuge.

- Dependentes

O número de dependentes é informação importante para a decisão do Crédito, pois influenciará diretamente na apuração da renda mensal líquida, que indica a capacidade de pagamento do cliente.

- Cargo atual

Permite avaliar o grau de importância do empregado na estrutura da empresa.

- Salários

Item cuja comprovação é indispensável. Fornece a líquida bruta do tomador, e deve ser compatível com a função declarada. No caso de profissionais liberais e produtores rurais, deve ser considerada a média dos rendimentos anuais.

- Outras rendas

A diversificação de atividade, em alguns casos, pode contribuir para a diminuição do risco, devido ao aumento das fontes de renda, melhorando a liquidez do cliente.

- Empresa anterior

É uma boa fonte de informações desabonadoras, caso existam, do cadastrado e também do cônjuge, se for o caso.

- Informações sobre o cônjuge

Quando o cônjuge exerce atividade remunerada, há um reforço de liquidez de cliente e conseqüentemente, melhora da capacidade de pagamento.

- Empresa de que faz (fez) parte.

As ligações do cliente com empresas, como sócio ou dirigente são importantes. É necessário qualificar o tipo de participação e seu valor, no caso de sócios, bem como o grau de endividamento decorrente dessas participação, que deve ser explicitado pelo contrato ou estatuto social da empresa quais as implicações de sucesso ou insucesso da empresa sobre as pessoas a ela vinculadas. É importante também que se apure a responsabilidade decorrente da concessão de avais, fianças ou outras formas de garantias pelas pessoas vinculadas à empresa em operações de crédito em vigor.

- Dívidas/Credores

Este item, anotado em separado, deve ser compatível com o ônus declarados em seus bens. É importante seu conhecimento, para a avaliação da renda mensal líquida do cliente, anteriormente descrita.

- Bens Imóveis e Outros Bens

Compõem o patrimônio do cadastrado. Embora as dívidas sejam normalmente pagas em dinheiro, estes proporcionam uma segurança adicional ao empréstimo.

- **Cheques Especiais/Cartões de Crédito**

Permitem avaliar a capacidade potencial de endividamento do cliente, em função dos limites de suas contas. Não há, a rigor, uma regra para análise desse item; no entanto, a existência de um grande número de cheques especiais e/ou cartões de crédito, cujo limite global seja superior aos rendimentos mensais líquidos do interessado, podem indicar risco mais elevado.

- **Seguros Pessoais**

Permitem avaliar o potencial de recuperação de crédito em caso de morte do tomador, ou de impossibilidade de desenvolvimento de suas atividades em função de acidentes, sem que se leve em conta o avalista.

- **Fontes de Referências Bancárias/Comerciais**

Tais fontes precisam ser consultadas para se aumentar o número de informações sobre o cliente, o que ajuda a formar uma idéia sobre o risco.

PESSOAS JURÍDICAS

- **Identificação**

Os dados referentes à empresa (razão social, endereços, e outros) devem ser conferidos através do estatuto ou contrato social, das atas de alterações de capital, etc. No caso de sucessão, é necessário verificar se a sucessão mantém o mesmo objetivo social da empresa anterior e em caso de sucessão recente, analisar a sucedida.

- Atividade da empresa

Ramo de atuação

Deve ser especificado detalhando-se o seguimento e evitando-se informações genéricas do tipo: usina de álcool e açúcar, indústria plástica, comércio atacadista, etc.

Principais Produtos

As informações sobre os principais produtos, a participação de cada um no faturamento da empresa, a fatia de mercado que absorvem, sua qualidade, aceitação e tradição no mercado e marca utilizada, proporcionarão uma imagem de como a empresa nela se posiciona, permitindo, inclusive, avaliar o impacto que a redução ou o aumento na venda de determinados produtos causará em seu faturamento e seu resultado futuro, caso haja flutuações ao mercado devido a obsolescência, modismo, falta de qualidade, etc.

Setor

Através de características do setor da economia, poderão ser entendidas, as características da empresa e sua forma de atuação, pois as tendências de evolução do setor são fatores condicionantes da manutenção de níveis de estoque e investimentos, políticas de marketing e vendas, que irão refletir em seus resultados futuros.

Cientes

Os principais clientes e o peso de cada um de seu faturamento completarão a imagem da empresa junto ao mercado, representando a qualidade e liquidez de sua carteira de duplicatas a receber. Também deve ser levado em conta que a concentração ou diversificação desses clientes poderá tornar a empresa vulnerável, em maior ou menor grau, caso esta venha a ter problemas com os mesmos.

Concorrentes

A partir do conhecimento de seus concorrentes e de sua falta no mercado, poderá ser analisada a sua situação, comparando-se seu desempenho e estratégia em relação à concorrência.

Fornecedores

A concentração de compras de matérias-primas de determinado fornecedor ou seu grau de dependência de importação, poderá levar a empresa a ter sérios problemas de produção/vendas, com reflexos em seus resultados e fluxo de caixa, o que torna a análise deste item muito importante na decisão do crédito.

Exportação

Também é item importante para decisão de crédito, pois a dependência desse mercado em maior ou menor grau, também causará impacto em seus resultados.

Número de empregados

Fornece uma idéia do porte da empresa, bem como indica o volume de despesas com pessoal e seu peso no fluxo de caixa mensal.

Tradição e Conceito

Paralelamente aos outros dados, devem ser obtidas informações sobre sua tradição e o renome de suas marcas e o conceito que goza junto à praça. Recomenda-se para empresas antigas e sócio novos/desconhecidos e vice-versa.

Sócios/Acionistas

Para formação da imagem da empresa, é imprescindível saber quem são seus sócios/acionistas, suas respectivas participações no capital social e se tais participações representam a maioria do capital votante, pois o conceito dos sócios controladores, suas experiência no ramo e seu patrimônio pessoal irão refletir no conceito da empresa de forma positiva ou negativa. Entretanto, quanto maior for o porte da empresa, menor será esse reflexo, ao passo que nas empresas de pequeno e médio porte, dirigidas pessoalmente pelos seus controladores esse reflexo revestir-se-á da maior importância, pois a empresa será praticamente a continuidade das atividades pessoais desses, e vice-versa.

Administradores

Paralelamente ao conhecimento dos sócios e seu conceito na praça, é importante a apreciação sobre seus administradores, suas experiências e formação profissional, pois a gestão dos negócios e recursos financeiros da empresa está sob responsabilidade deste. Quanto menor o porte da empresa, maior será a possibilidade de ser geridas pelos próprios sócios, quando então, a imagem do sócio poderá sobrepor-se à da empresa, tornando-se essencial que se analise, de forma consolidada, as informações e os riscos dos sócios e empresas.

Bens Imóveis da Empresa

O importante no caso dos imóveis é, além de sua completa indicação, a separação em bens livres, que podem ser ofertados em garantia e dos bens onerados em decorrência de operações anteriores. Essa informação é tanto mais importante quanto maiores forem os prazos da operação, onde é recomendável a existência de uma garantia hipotecária.

Participação em Outras Empresas

Haverá casos que a empresa apresentará ligações com outras empresas, tornando-se necessário determinar a forma de ligação entre elas (associação, controle ou participação minoritária).

Da mesma forma, deverão ser estabelecidos outros tipos de relacionamento, tais como compra e venda entre elas; avais e fianças concedidos em operações com terceiros ou empréstimos, pois tais operações poderão influenciar na posição da empresa em análise. Caso as ligações envolva o controle de outra pessoa jurídica, deverão ser levantados todos os cadastros dessas empresas, com a finalidade de determinar o grupo econômico e suas atividades.

No caso de omissão de participação da empresa em outra, verifica no balanço se não existe a conta de participação em sociedade controlada/coligada.

Seguros Contratados

O detalhamento dos seguros é importante na avaliação de risco, pois empresas com patrimônio coberto por seguros com valores atualizados constituem-se, em geral, em risco de crédito mais aceitável.

Contratos de Leasing

Além das empresas de arrendamento constituírem-se em mais uma fonte de levantamento sobre a empresa, esse item pode servir à programação de vendas para o produto, bem como para avaliação do seu fluxo de caixa. Devem ser anotados, em separado, os valores dos aluguéis pagos, visto que tais parcelas aparecem englobadas nas despesas administrativas ou de produção, tais como aluguéis de imóveis.

Instituições Financeiras

Permite avaliar o potencial de negócios mantidos com bancos, bem como a qualidade desse relacionamento, à medida em que se discriminem os serviços utilizados e as operações efetuadas.

A discriminação das operações existentes em bancos é um indicador potencial do negócios que a empresa pode efetuar, e do seu grau de independência dos recursos de terceiros de curto prazo.

Quanto aos empréstimos e financiamentos a longo prazo, as informações sobre o valor, vencimento e garantias dessas operações permitem analisar os pagamentos que a empresa tem de efetuar, assim como sua capacidade de saldar dívidas.

Estrutura Física Atual e Planos de Expansão

A estrutura física atual da empresa deve ser analisada sob o ponto de vista de capacidade produtiva, tipo de equipamento, tecnologia empregada, equipamentos próprios ou arrendados, e adequada cobertura por seguros. Assim, se uma empresa opera no limite de sua capacidade produtiva ou se seus equipamentos são antigos, sem moderna tecnologia industrial, terá um custo de produção maior, devido às despesas de manutenção. Nesse caso qualquer aumento de

produção, fatalmente, implicará na aquisição ou troca de equipamentos, cujo custo financeiro irá refletir na sua lucratividade.

Os planos de expansão estão intimamente ligados à estrutura física da empresa. Se esta não atende às necessidades de produção, a administração poderá optar por expandi-la ou trocá-la completamente, com investimentos em ativos fixos produtivos.

Deve-se analisar, então, a adequação dos recursos a serem empregados e o impacto de seus custos nos resultados, assim como a expectativa de retorno desses investimentos.

Experiência Anterior

Esta informação deve ser apurada através das experiências de operações anteriores, espelhando sua tradição como cliente, seu comportamento como tomador de empréstimos, liquidez dos títulos oferecidos em garantia e pontualidade no pagamento de seus compromissos. Deve ser dispensada atenção especial à análise da empresa, no caso de cliente novo, assim como, em relação às que apresentarem constantemente renovações de empréstimos.

4 EMPRESA

Não se pode falar em indicadores econômico-financeiros de uma empresa sem antes definir o que é uma empresa sob uma visão globalizada e também sob a ótica exclusiva do administrador financeiro da instituição.

De modo geral, empresa é uma organização particular, governamental, ou de economia mista, que produz e/ou oferece bens e serviços, com vista em geral, à obtenção de lucros.

4.1 DO PONTO DE VISTA DO ADMINISTRADOR DE EMPRESA

Para o administrador da empresa essa visão se estende , uma vez que faz parte de sua função, auferir a lucratividade, para que possa promover reinvestimentos e com isso atender condizentemente com o que a sociedade espera da empresa.

4.2 ADMINISTRAÇÃO

A noção de que uma administração financeira competente é necessária para empresas eficientes e eficazes, é aceita como um truísmo pela maioria dos administradores.

Contudo, por que é necessária uma administração financeira competente? Qual a utilidade ou valor da administração financeira das empresas e como essa atividade pode ser maximizada?

De forma equivocada administração financeira é associada ao relativamente complexo e freqüentemente confuso mundo da contabilidade e dos instrumentos de que habitualmente a acompanham como: análises de fluxo de caixa, relatórios de fontes e aplicações de recursos, orçamentos e etc.

Para melhor entendermos todo esse aspecto, faz-se necessário definir primeiramente o objetivo da administração empresarial.

No caso de uma empresa comercial, o objetivo da administração não é difícil de ser identificado. Posto de forma bastante simplista, a administração deve conduzir os ativos da empresa para obter a riqueza máxima para os proprietários, i.é., a administração deve maximizar o valor de $L/C = V$, onde “L” representa os ganhos ou lucros provenientes dos ativos; “C” é a taxa de capitalização ou a estimativa subjetiva da probabilidade de receber os lucros partindo da projeção de ativos, e “V” é o valor da firma ou a riqueza do proprietário.

Dado que o objetivo da administração é maximizar a riqueza do proprietário em função dos ganhos da firma e do risco associado ao recebimento atual desses ganhos, fica claro que cabe ao administrador encontrar a combinação de “L” e “C” que produzirá o mais alto valor possível para “V”.

Para isto, a administração não deve apenas usar suas habilidades, ou seja: planejamento, organização, coordenação, motivação e o controle para maximizar “L” mas também suas habilidades em administração financeira para avaliar e selecionar os fluxos de ganhos e minimizar “C” Assim, para que se possa efetivamente aumentar o “V” deve ter muita sorte ou utilizar dos instrumentos ou técnicas financeiras.

5 ANÁLISE ECONÔMICO - FINANCEIRA

Um dos instrumentos de que pode se valer a administração financeira para suas decisões é a análise econômico financeira.

Através dos indicadores econômico-financeiros, das análises horizontal e vertical , da análise do ciclo financeiro e da situação financeira, é possível mensurar o posicionamento da empresa.

A partir desse momento, faremos uma explanação sobre alguns dos principais itens que compõe este tipo de análise.

O ponto de partida para a formação de um parecer técnico sobre “COMO ANALISAR COM FINS DE MINIMIZAR OS RISCOS DE CRÉDITOS CONCEDIDOS NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NA ATUAL CONJUNTURA ECONÔMICA” inicia-se pelo conhecimento do que seja Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício.

5.1 BALANÇO PATRIMONIAL

5.1.1 DEFINIÇÃO:

É um **demonstrativo estático** que na data de seu encerramento ocupa entre os relatórios financeiros, uma posição de destaque, seu caráter é abrangente, mostrando a alocação dos recursos da empresa e as fontes onde os mesmos foram obtidos, ou seja demonstra os saldos

das contas que o compõe, o que significa dizer, que o valor expresso, por exemplo, na conta Caixa retrata o saldo em espécie que a empresa dispunha em seu caixa naquela data e apenas naquela data, podendo ter sido um valor diferente no dia anterior e podendo ser também modificado no dia posterior, isto é, demonstra a situação patrimonial da empresa num dado momento.

5.1.2 IMPORTÂNCIA DO BALANÇO:

Obter dados do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, analisar suas variáveis durante determinado período de tempo, através de verificação direta dos registros contábeis.

5.1.3 ESTRUTURA:

ATIVO	PASSIVO
Bens	Obrigações junto a
E	terceiros
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Direitos	Recursos Próprios
Porte da Empresa	Riqueza da Empresa

De uma forma bastante simplificada temos apresentado acima a formatação de um balanço patrimonial, onde no grupo do Ativo temos a compilação de todos os investimentos efetuados na empresa e no grupo do Passivo todas as fontes de recursos buscadas para suprir tais aplicações

Partindo dessa definição inicial, demonstramos a seguir as subdivisões do:

BALANÇO PATRIMONIAL

		ATIVO	PASSIVO		
Bens e Direitos	Curto Prazo	<u>Circulante</u> Bens e direitos realizáveis num prazo igual ou inferior a <u>360 dias</u> .	<u>Circulante</u> Obrigações com vencimento num prazo igual ou inferior a <u>360 dias</u> .	Capital de Terceiros	Obrigações
	Longo Prazo	<u>Realizável a Longo Prazo</u> Bens e direitos realizáveis num prazo superior a <u>360 dias</u> .	<u>Exigível a Longo Prazo</u> Obrigações com vencimento num prazo superior a <u>360 dias</u> .		
	Fixos	<u>Permanente</u> Bens e direitos com características de permanência na empresa.	<u>Patrimônio Líquido</u> Direitos dos sócios.	Capital Próprio	P. L.
		Investimentos	Fontes		

Em termos conceituais podemos dizer:

5.1.3.1 ATIVO

O Ativo são todos os Bens e Direitos de propriedade da empresa. Ex.: Caixa, Bancos, Estoques, Imóveis, etc.

Segundo a Lei 6.404 de 76, as contas do Ativo devem ser apresentadas na ordem decrescente de liquidez.

GRUPO DE CONTAS DO ATIVO

Circulante

Compreende todos os bens e direitos realizáveis num prazo inferior ou igual a 360 dias.

Exemplificando:

Balço Patrimonial

ATIVO

Ativo Circulante

- Caixa
- Bancos
- Aplicações financeiras
- Duplicatas /Faturas a receber
- (-) Provisão para devedores duvidosos
- Estoques
 - Produtos acabados
 - Produtos em elaboração
 - Matéria-prima
- Outras contas a receber

Total do Ativo Circulante

Realizável a Longo Prazo

São bens e direitos que são realizáveis num período superior a 360 dias ou aqueles que não constituem negócios usuais na exploração do objeto da companhia.

Exemplificando:

Balanco Patrimonial

ATIVO	
Ativo Circulante	
Ativo Realizável a Longo Prazo	
• Conta corrente dos sócios	
• Empréstimos a coligadas e controladas	
• Contas a receber	
• Depósitos judiciais	
Total do Realizável a Longo Prazo	

Permanente

Abrange todos os bens e direitos que são adquiridos pela empresa em caráter permanente, para servir de base ao seu funcionamento. Estes bens não são adquiridos com a finalidade de serem vendidos.

O Permanente é constituído por três subgrupos, a saber:

Balanço Patrimonial

ATIVO

Ativo Circulante

Ativo Realizável a Longo Prazo

Ativo Permanente

- Investimento
 - Participações em outras sociedades
 - Investimentos com incentivos fiscais
 - Outros investimentos
- Imobilizado
 - Construções
 - Terrenos
 - Máquinas e equipamentos
 - Veículos
 - Móveis e utensílios
- Diferido
 - Gastos pré-operacionais
 - Pesquisas e desenvolvimento de produtos

Total do Ativo Permanente

TOTAL DO ATIVO

5.1.3.2 PASSIVO

O Passivo são todas as obrigações a pagar; isto é, as quantias que a empresa deve a terceiros. Ex.: Fornecedores, Bancos Conta Empréstimos, Salários a Pagar, etc.

GRUPO DE CONTAS DO PASSIVO

Circulante

Agrupa todas as Contas representativas das obrigações da empresa para com terceiros, cujo pagamento deverá ser efetuado num prazo igual ou inferior a um exercício social - 360 dias.

Exemplificando:

Balço Patrimonial

ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
	<ul style="list-style-type: none">• Fornecedores• Títulos a pagar• Financiamentos instituições de crédito• Salários a pagar• Impostos a pagar• FGTS, PIS, INSS a pagar• Dividendos a pagar• Outras contas a pagar
Ativo Realizável a Longo Prazo	
Ativo Permanente	
TOTAL DO ATIVO	Total do Passivo Circulante

Exigível a Longo Prazo

Reúne todas as contas que representam obrigações da empresa para com terceiros, cujo vencimento ocorrerá num prazo superior a um exercício social - mais de 360 dias.

Balanço Patrimonial

ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
	Passivo Exigível a Longo Prazo
	<ul style="list-style-type: none">• Conta corrente sócios• Empréstimos coligadas e controladas• Financiamentos em instituições de crédito
Ativo Realizável a Longo Prazo	
Ativo Permanente	
TOTAL DO ATIVO	Total do Exigível a Longo Prazo

Resultado de Exercícios Futuros

Compreende as receitas de exercícios futuros diminuídos dos custos e despesas a elas correspondentes.

Balço Patrimonial

ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
	Passivo Exigível a Longo Prazo
	•
Ativo Realizável a Longo Prazo	Resultado de Exercícios Futuros
	• Receitas de exercícios futuros
Ativo Permanente	• (-) Custos de exercícios futuros
TOTAL DO ATIVO	Total do Resultado de Exercícios Futuros

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido representa os ativos líquidos pertencentes aos proprietários (bens + direitos - obrigações) e que constituem direito comum desses proprietários.

Balanco Patrimonial

ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
	Passivo Exigível a Longo Prazo
	Resultado de Exercícios Futuros
	Patrimônio Líquido
	<ul style="list-style-type: none">• Capital social• Reservas<ul style="list-style-type: none">• de Capital• de Lucros• de Reavaliação• Lucros/ Prejuízos Acumulados
Ativo Realizável a Longo Prazo	Total do Patrimônio Líquido
Ativo Permanente	
TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO

5.1.4 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Definição:

O Demonstrativo de Resultado do Exercício é um demonstrativo dinâmico, elaborado simultaneamente com o Balanço Patrimonial, que mostra de forma dedutiva (Receita - Custo - Despesa) o resultado líquido do período (Lucro ou Prejuízo).

Estrutura:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO (Lei 6.404/76)

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

(-) DEDUÇÕES

- Devoluções
 - Abatimentos
 - Impostos sobre as vendas
-

= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

(-) Custo dos serviços prestados

= RESULTADO BRUTO

(-) Despesas operacionais

- Despesas com vendas
- Despesas gerais e administrativas
- Encargos financeiros líquidos

(+/-) Outras despesas/receitas operacionais

(+/-) Lucro/prejuízo de participações

= RESULTADO OPERACIONAL

(+/-) Resultados não operacionais

(+/-) Saldo da correção monetária

= RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA/CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(-) Provisão para imposto de renda

(-) Provisão para contribuição social

= RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

A Contabilidade, com os relatórios Balanço Patrimonial e Demonstração e Resultado do Exercício, um complementando o outro, atinge a finalidade de mostrar a situação patrimonial econômico-financeira da empresa.

RECEITA BRUTA

Constitui as receitas das atividades principais do empreendimento.

DEVOLUÇÕES

Proveniente de cancelamento de vendas.

ABATIMENTOS

Descontos concedidos a clientes, após a entrega do produto em razão de defeitos observados no produto vendido.

IMPOSTOS

Impostos incidentes sobre as vendas devidos ou pagos ao governo (IPI, ICMS, PIS, CONFIS e ISS).

RECEITA LÍQUIDA

Representa a receita, com a exclusão dos impostos e abatimentos.

CMV/CPV/CSP

Representam todos os custos incorridos no processo de venda, fabricação ou prestação de serviços.

- **CMV** Custo de Mercadorias Vendidas (Comércio)
- **CPV** Custo de Produtos Vendidos (Indústria)
- **CSP** Custo de Serviços Prestados (Prestadora de Serviços)

LUCRO BRUTO

Representa a diferença entre as Receitas Líquidas e os Custos incorridos.

DESPESAS OPERACIONAIS

Compreendem todas as despesas incorridas na manutenção da atividade operacional da empresa. Os principais grupos de despesas operacionais são: Despesas de Vendas, Despesas Administrativas, Despesas Tributárias, etc...

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Abrangem as receitas operacionais proveniente das atividades acessórias do objeto da empresa. Ex.: Dividendos, Venda de Sucatas, etc...

RECURSOS DAS OPERAÇÕES

Representa os recursos efetivamente gerados pelas operações da empresa, ou seja, o resultado com sua atividade básica .

EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Representa os acréscimos (ou diminuições) na conta dos investimentos avaliados pela equivalência patrimonial, oriundos de lucros (ou prejuízos) nas coligadas ou controladas.

LUCRO/PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO

Indica o resultado operacional da empresa antes de computadas as despesas/receitas financeiras e efeitos inflacionários.

DESPESAS FINANCEIRAS

Compreendem os juros de empréstimos, descontos concedidos, despesas bancárias e correção monetária prefixada de obrigações.

RECEITAS FINANCEIRAS

Representam as receitas provenientes de aplicações financeiras, juros recebidos, descontos obtidos, etc.

LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL APÓS RESULTADO FINANCEIRO

Indica o resultado operacional da empresa após computado o resultado financeiro e antes dos efeitos inflacionários.

VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVAS (DESPESAS)

Representam as perdas monetárias, provenientes de variações cambiais e correção monetária de dívidas pós-fixadas.

VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVAS (RECEITAS)

Representam os ganhos monetários, provenientes de correção monetária pós-fixada sobre empréstimos concedidos.

RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Representam os ganhos ou perdas monetárias em circunstância da inflação.

RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Saldo obtido pela diferença entre as Correções Monetárias do Ativo Permanente e Patrimônio Líquido.

GANHOS/PERDAS ITENS MONETÁRIOS

Indica as perdas ou ganhos ocorridos na manutenção das contas expostas aos efeitos inflacionários. (geralmente constante em balanços apresentados pela Correção Integral).

LUCROS/PREJUÍZOS OPERACIONAIS APÓS EFEITOS INFLACIONÁRIOS

Indica o resultado operacional após computado os efeitos inflacionários e financeiros.

DESPESAS/RECEITAS EXTRA OPERACIONAIS

Tratam-se de ganhos ou perdas não relacionadas diretamente à atividade operacional da empresa. Ex.: Venda de itens do ativo permanente.

LUCROS/PREJUÍZOS ANTES DO IR/CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Resultado do período antes da dedução do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

PROVISÃO PARA IR/CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Representa a soma de despesas do Imposto de Renda e o valor de Contribuição Social apurado ao final do Exercício.

LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO

Expressa o resultado do exercício.

6 ANÁLISE DOS DADOS FINANCEIROS

6.1 ANÁLISE VERTICAL

Tem a finalidade de demonstrar a participação relativa de cada item de um determinado demonstrativo financeiro no total em que está inserido.

Exemplo:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

ITENS	1.9X1	% AV	1.9X2	% AV
Vendas (a)	1.000	100	2.000	100
Custo (b)	600	60	1.400	70
Lucro Bruto (b)	400	40	600	30

Forma de cálculo: $(B/A)*100$ ou utilizando a função da calculadora financeira %T.

Analisando o exemplo acima, pode-se inferir que o custo dos serviços prestados de 1.9X1 para 1.9X2 aumentou sua participação proporcional a receita, diminuindo a margem bruta.

Isoladamente, essa conclusão pode não ser importante; porém, pode estar demonstrando uma tendência de redução da margem de rentabilidade .

6.2 ANÁLISE HORIZONTAL

Esta análise evidencia a evolução de cada conta dos demonstrativos financeiros, através dos períodos analisados.

Numa economia inflacionária é necessário que os demonstrativos financeiros estejam ajustados a uma mesma moeda; assim, a análise horizontal poderá acusar as áreas que deverão ter tratamentos mais cuidadosos, em virtude das variações ocorridas.

Exemplo:

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	1.9X1	1.9X2	% AH
Disponibilidades	100	250	150 (1)
Faturas a receber	300	900	200 (2)
Estoques	200	500	150 (3)

Forma de cálculo: $(X2/X1 - 1) * 100$ ou utilizando a função da calculadora financeira

Esta tabela indica que no exercício 1.9X2 em relação a 1.9X1:

- (1) As Disponibilidades aumentaram 150%;
- (2) As Faturas a Receber tiveram um acréscimo de 200%;
- (3) Os Estoques foram acrescidos em 150%.

Para que se tenha uma idéia da Evolução Real dos dados anteriores, temos que correlacioná-los com a inflação no período.

Para efeito de raciocínio, vamos estabelecer que a inflação no período foi de 150%. Logo, o item que teve um acréscimo real foi Títulos a Receber.

7 ANÁLISE DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Vistas as análises horizontais e verticais, vamos agora passar à análise dos índices econômico-financeiros, para ampliarmos a gama de informações e para definirmos a performance da empresa .

Os índices econômico-financeiros são os resultados das relações estabelecidas entre os grupos e/ou contas do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado do Exercício.

Eles permitem, pela comparação de mais de um exercício, que seja efetuada uma avaliação do comportamento econômico-financeiro da empresa no período analisado, bem como o levantamento de tendências sobre seu comportamento futuro.

É importante destacar:

Para tomadas de decisões conscientes e seguras, é recomendável na análise dos índices financeiros:

- Analisar todo o conjunto de índices e nunca um único índice isoladamente;
- Analisar a tendência dos índices no decorrer dos exercícios;
- Não encarar o comportamento dos índices de forma rígida, em função das características específicas do ramo de atividade;

Os índices econômico-financeiros estão agrupados em cinco grandes grupos:

- Índices de Estrutura;
- Índices de Liquidez;

- Índices de Desempenho Operacional;
- Índices de Resultados; e
- Índices de Relações com Instituições de Crédito.

7.1 ÍNDICES DE ESTRUTURA

Os índices de estrutura são aqueles que relacionam a composição de capitais (próprios e de terceiros), que medem os níveis de imobilização de recursos e que buscam diversas relações na estrutura da dívida da empresa. De certa forma, estes índices estão ligados às decisões financeiras de financiamento e investimento.

7.1.1 PARTICIPAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS

Fórmula:

$$\frac{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Interpretação:

Mede o grau de dependência em relação ao Capital de Terceiros.

Como já enfatizamos, poderemos por este índice avaliar as decisões sobre captação de recursos que foram tomadas e, a princípio, **QUANTO MENOR FOR ESTA RELAÇÃO, MENOR SERÁ O GRAU DE VULNERABILIDADE**

7.1.2 ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO

Fórmula:

$$\frac{\text{Instituições de Crédito (Curto Prazo + Longo Prazo)}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Interpretação:

Mede quanto do capital próprio está comprometido com instituições financeiras.

QUANTO MENOR, MELHOR .

7.1.3 ENDIVIDAMENTO ONEROSO

Fórmula:

$$\frac{\text{Instituições Crédito (CP+LP) + Debêntures (CP+LP) + Títulos a Pagar}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Interpretação:

Mede quanto do capital próprio está comprometido com recursos de natureza onerosa.

QUANTO MENOR, MELHOR .

7.1.4 COMPOSIÇÃO DE EXIGIBILIDADES

Fórmula:

$$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}} \times 100$$

Interpretação:

Mede quanto das obrigações vencem a curto prazo.

Do seu resultado pode-se inferir qual tem sido, em termos de prazo, de captação dos recursos de terceiros.

A princípio, neste caso, **QUANTO MENOR FOR ESTA RELAÇÃO, MELHOR SERÁ VISTO PELO CREDOR.**

7.1.5 PARTICIPAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS NO INVESTIMENTO TOTAL

Fórmula:

$$\frac{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} \times 100$$

Interpretação:

Mede quanto dos investimentos totais vem sendo financiado por capitais de terceiros.

QUANTO MENOR, MELHOR .

7.1.6 IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Fórmula:

$$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Interpretação:

Mostra quanto de recursos próprios foi investido no ativo permanente . O seu resultado mostra a forma de compatibilização em termos de Origem do Capital e sua Aplicação, em função de que:

"O Ativo Permanente é uma aplicação de retorno lento e, por princípio, deve ter como fonte um recurso de pouca exigibilidade. Esse recurso deve ser dos sócios/acionistas".

Além disso, ainda, em vista da característica do ramo de atividade, deve ser reservado parte dos recursos próprios para aplicação no Ativo Circulante, denotando que a empresa possui recursos próprios para imobilização e giro vindo de seus próprios acionistas.

A princípio, **QUANTO MENOR, MELHOR PARA A EMPRESA.**

7.1.7 MARGEM DE GARANTIA A CAPITAIS DE TERCEIROS

Fórmula:

$$\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}} \times 100$$

Interpretação:

Indica a garantia oferecida aos capitais de terceiros.

QUANTO MAIOR, MELHOR PARA A EMPRESA.

7.2 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

O termo liquidez pode ser confundido com liquidação; entretanto, qualquer empresa, segundo o princípio da continuidade, tem prazo de duração indeterminado. Assim, os índices de liquidez nos dão a idéia, no momento do fechamento do balanço, de quais são os recursos disponíveis para saldar os compromissos assumidos com terceiros.

A princípio, **QUANTO MAIOR FOR ESTA RELAÇÃO, MAIOR SERÁ A SEGURANÇA DE QUE OS NOVOS COMPROMISSOS A SEREM ASSUMIDOS PODERÃO SER SALDADOS.**

7.2.1 LIQUIDEZ GERAL

Fórmula:

$$\frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

Interpretação:

Mede a capacidade global para saldar todos os compromissos.

Afora a dinâmica da empresa, uma maior relação dará ao administrador, a princípio, **UMA MAIOR SEGURANÇA AO ADMINISTRADOR ACERCA DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO QUANDO DA OBTENÇÃO DE NOVOS RECURSOS JUNTO A TERCEIROS.**

7.2.2 LIQUIDEZ CORRENTE

Fórmula:

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Interpretação:

Mede a capacidade para saldar compromissos de curto prazo. Do ponto de vista do gerente, o resultado deste índice lhe dá, a princípio, uma idéia de **QUANTOS RECURSOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO ESTÃO COMPROMETIDOS COM TERCEIROS NESSE PRAZO E, POR CONSEQUENTE, QUAIS SÃO AS POSSIBILIDADES DA EMPRESA EM ASSUMIR COMPROMISSOS ADICIONAIS NESSE PERÍODO.**

7.2.3 LIQUIDEZ SECA

Fórmula:

Ativo Circulante - Estoques

Passivo Circulante

Interpretação:

Mede a capacidade para saldar compromissos de curto prazo, independente da realização dos estoques. Do ponto de vista do credor, esse dado torna-se importante, pois exclui-se um item que pode, eventualmente, ser de difícil realização e assim avaliar, se caso não o realize, **QUANTO A EMPRESA POSSUI EM ATIVOS QUE PODEM SALDAR SEUS COMPROMISSOS A CURTO PRAZO COM TERCEIROS.**

7.2.4 RELAÇÃO NCG/VENDAS

Fórmula:

NCG

VENDAS

Onde: NCG= Necessidade de Capital de Giro

Interpretação:

Mede quanto a Necessidade de Capital de Giro representa das vendas totais.

QUANTO MENOR, MELHOR PARA EMPRESA, representando, a princípio auto-suficiência operacional.

7.2.5 RELAÇÃO TESOURARIA/VENDAS

Fórmula:

$$\frac{\text{Tesouraria}}{\text{Vendas}} \times 100$$

Interpretação:

Mede qual a representatividade dos recursos não cíclicos (não espontâneos) sobre as vendas.

QUANTO MENOR, MELHOR PARA A EMPRESA, representando a princípio equilíbrio financeiro.

7.2.6 RELAÇÃO LONGO PRAZO/VENDAS

Fórmula:

$$\frac{\text{Longo Prazo}}{\text{Vendas}} \times 100$$

Interpretação:

Mede quanto os recursos de longo prazo representam das vendas.

Fontes de longo prazo proporcionam maior elasticidade na liquidez empresarial.

7.2.7 RELAÇÃO CGP/VENDAS

Fórmula:

$$\frac{\text{CGP}}{\text{Vendas}} \times 100$$

Onde: CGP = Capital de Giro Próprio

Interpretação:

Indica a representatividade do capital de giro próprio sobre as vendas.

QUANTO MAIOR, MELHOR PARA A EMPRESA.

Comparando as quatro (4) últimas relações acima, com as de outros períodos, detectamos as mudanças ocorridas na situação financeira .

7.2.8 CICLO FINANCEIRO

Fórmula:

$$\frac{\text{NCG}}{\text{Vendas Brutas}} \times \text{N}^\circ \text{ de dias do período}$$

Interpretação:

Indica quantos dias de faturamento são destinados para financiar as necessidades de recursos para o giro dos negócios.

7.3 ÍNDICES DE DESEMPENHO OPERACIONAL

7.3.1 GIRO DO ATIVO

Fórmula:

$$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$$

Interpretação:

Indica o número de vezes que o ativo total da empresa girou em determinado exercício em função das vendas realizadas.

QUANTO MAIOR O GIRO, MELHOR TERÁ SIDO O DESEMPENHO ATRAVÉS DE UM MELHOR RETORNO DE SUAS APLICAÇÕES.

7.3.2 RECURSOS DAS OPERAÇÕES SOBRE FATURAS A RECEBER

Fórmula:

$$\frac{\text{Recursos das Operações}}{\text{Faturas a Receber}} \times 100$$

Interpretação:

Indica quanto os recursos das operações cobrem das necessidades decorrentes do faturamento a prazo.

QUANTO MAIOR, MELHOR PARA A EMPRESA.

7.3.3 RECURSOS DAS OPERAÇÕES SOBRE NCG

Fórmula:

$$\frac{\text{Recursos das Operações}}{\text{NCG}} \times 100$$

Interpretação:

Indica quanto os recursos das operações cobrem as necessidades líquidas de capital de giro.

QUANTO MAIOR, MELHOR PARA A EMPRESA.

7.4 ÍNDICES DE RESULTADO

Estes índices indicam qual o retorno que o empreendimento está proporcionando a seus acionistas ou proprietários.

7.4.1 RENTABILIDADE DO ATIVO

Fórmula:

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total - Lucro Líquido do Exercício}} \times 100$$

Interpretação:

Indica o retorno verificado no total do investimento efetuado pela empresa, ou seja, a capacidade que os ativos apresentam de gerar lucros.

QUANTO MAIOR, MELHOR PARA A EMPRESA.

7.4.2 RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Fórmula:

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido - Lucro Líquido do Exercício}} \times 100$$

Interpretação:

Indica o retorno dos recursos próprios investidos na empresa.

QUANTO MAIOR, MELHOR PARA A EMPRESA.

7.5 ÍNDICES DE RELAÇÕES COM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

7.5.1 FINANCIAMENTOS INVESTIMENTOS TOTAIS POR INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Fórmula:

$$\frac{\text{Instituições de Crédito (Curto Prazo + Longo Prazo)}}{\text{Ativo Total}} \times 100$$

Interpretação:

Mede quanto dos investimentos totais realizados é financiado por instituições de crédito.

QUANTO MENOR, MELHOR.

7.5.2 PARTICIPAÇÕES INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO ENDIVIDAMENTO

Fórmula:

$$\frac{\text{Instituições de Crédito (Curto Prazo + Longo Prazo)}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}} \times 100$$

Interpretação:

Mede a participação de instituições de crédito no endividamento total .

QUANTO MENOR, MELHOR.

7.5.3 FINANCIAMENTO DO ATIVO CIRCULANTE POR INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Fórmula:

Como analisar com fins de minimizar os riscos de créditos concedidos nas instituições financeiras na atual conjuntura econômica

Instituições de Crédito de Curto Prazo

x 100

Ativo Circulante

Interpretação:

Mostra quanto do ativo circulante está sendo financiado por instituições de crédito.

QUANTO MENOR, MELHOR.

7.6 ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (A.S.F)

	1.9X1	1.9X2
Vendas		
NCG/Folga		
Faturas a Receber		
Estoques		
Adiantamentos a Fornecedores		
Despesas Antecipadas		
Fornecedores		
Obrigações Fiscais		
Obrigações Sociais		
Adiantamentos de Clientes		
Tesouraria		
Disponibilidades		
Outros Ativo Circulante		
Instituições de Crédito		
Outros Passivo Circulante		
Longo Prazo		
Exigível a Longo Prazo		
Realizável a Longo Prazo		
R.E.F.		
C.G.P.		
Patrimônio Líquido		
Ativo Permanente		

Definição:

O estudo do balanço através de variáveis chaves, proporciona importantes conclusões sobre a forma de financiamento das atividades

As variáveis chaves desenvolvidas são: **NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO, TESOURARIA, LONGO PRAZO, RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS e CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO.**

Relacionando as contas do ativo e passivo circulantes com a atividade operacional da empresa, dividimos as mesmas em dois grupos de contas: as contas cíclicas e as outras contas.

CONTAS CÍCLICAS: Mantém relação direta com a atividade operacional São contas renováveis periodicamente, de acordo com os prazos das operações.

OUTRAS CONTAS: Não apresentam relação com a atividade operacional Essas contas não são necessariamente renovadas e uma vez realizadas ou liquidadas transformam-se em entradas ou saídas de caixa.

NCG - Necessidade Líquida de Capital de Giro

É determinada através da diferença entre as contas cíclicas ativas e passivas.

A NCG constitui-se na principal determinante da situação financeira , pois revela, na data do balanço, o nível de recursos necessários para manter o giro dos negócios.

Em termos analíticos, este montante deverá estar sendo financiado com recursos próprios, e/ou de terceiros de curto prazo e/ou de terceiros de longo prazo. As demais variáveis permitirão desvendar as formas de financiamento das necessidades de capital para o giro dos negócios.

A NCG poderá apresentar-se positiva ou negativa.

NCG Negativa (-) = DEFICIÊNCIA: Indica a necessidade de recursos para financiar o giro dos negócios.

NCG Positiva (+) = FOLGA: Indica que a empresa não apresenta necessidade de recursos para o giro dos negócios, ao contrário, disposição de fontes de capital de giro para financiar outras aplicações.

Tesouraria

É determinada pela diferença entre as outras contas ativas e as passivas.

A Tesouraria constitui-se na variável que melhor expressa a situação financeira de curto prazo. A grandeza de valores e a tendência servirão para uma segura avaliação da situação financeira de curto prazo.

A Tesouraria poderá apresentar-se positiva ou negativa.

Tesouraria Positiva (+): Indica que os recursos disponíveis e/ou realizáveis no curto prazo, classificados como outras contas, são suficientes para pagar as obrigações de curto prazo. Esta situação indica folga financeira.

Tesouraria Negativa (-): Indica a utilização de recursos de terceiros para financiar as atividades operacionais.

Longo Prazo

É determinado pela diferença entre o Exigível a Longo Prazo e o Realizável a Longo Prazo.

Constitui-se no saldo entre fontes e aplicações de longo prazo. Pode demonstrar por exemplo, se está se utilizando mais de fontes de longo prazo para suprir suas necessidades tanto de capital próprio como de giro ou se está direcionando recursos a investimentos de retorno um pouco mais lento.

CGP - Capital de Giro Próprio

É determinado pela diferença entre o patrimônio líquido e o ativo permanente.

Esta variável constitui-se na principal fonte de recursos para financiar as necessidades decorrentes do giro dos negócios. Como as demais variáveis, o CGP poderá apresentar-se positivo ou negativo.

CGP Positivo (+): Indica a existência de recursos próprios disponíveis para financiar as necessidades de capital de giro da empresa.

CGP Negativo (-): Indica que não dispõe de capital de giro próprio para seus negócios, inclusive financiando parte dos investimentos permanentes com outras fontes que não o capital próprio.

7.7 ANÁLISE DO CICLO FINANCEIRO

Como já visto, o ciclo financeiro indica o número de dias das vendas que a empresa destina ao financiamento das necessidades de capital de giro.

O desdobramento das variável NCG permite análise detalhada de todos os fatores que determinam o ciclo financeiro.

7.7.1 DECOMPOSIÇÃO DO CICLO FINANCEIRO

7.7.1.1 FATURAS A RECEBER

7.7.1.1.1 ASPECTO FINANCEIRO

Faturas a Receber x Período da Demonstração Financeira

Vendas a Prazo

Indica o prazo médio de recebimento das vendas.

7.7.1.1.2 ASPECTO ECONÔMICO

Vendas a Prazo

Vendas

Indica o percentual de vendas a prazo em relação ao total das vendas.

7.7.1.1.3 RESULTADO

Aspecto Financeiro x Aspecto Econômico

Indica o número de dias investidos no financiamento das vendas a prazo.

7.7.1.2 ESTOQUES

7.7.1.2.1 SPECTO FINANCEIRO

Estoque x Período da Demonstração Financeira

C S P

Indica o prazo em que os estoques permanecem na empresa.

7.7.1.2.2 ASPECTO ECONÔMICO

C S P

Vendas

Mede a participação dos custos em relação as vendas.

7.7.1.2.3 RESULTADO

Aspecto Financeiro x Aspecto Econômico

Representa o número de dias do faturamento investidos no financiamento dos estoques.

7.7.1.3 ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

7.7.1.3.1 ASPECTO FINANCEIRO

Adto. Fornecedores x Período da Demonstração Financeira

C S P

Indica o prazo médio de matéria-prima que a empresa tem a receber, as quais já foram adiantados.

7.7.1.3.2 ASPECTO ECONÔMICO

C S P

Vendas

Mede a composição dos custos em relação das vendas.

7.7.1.3.3 RESULTADO

Aspecto Financeiro x Aspecto Econômico

Indica o número de dias de vendas absorvidos pelos adiantamentos a fornecedores.

7.7.1.4 DESPESAS ANTECIPADAS

7.7.1.4.1 ASPECTO FINANCEIRO

Despesas Antecipadas x Período da Demonstração Financeira

Despesas Operacionais

Indica a média em dias gastos incorridos antecipadamente.

7.7.1.4.2 ASPECTO ECONÔMICO

Despesas Operacionais

Vendas

Indica o percentual de vendas comprometido com despesas decorrentes das operações.

7.7.1.4.3 RESULTADO

Aspecto Financeiro x Aspecto Econômico

Indica o número de dias do faturamento investidos no financiamento das despesas antecipadas.

7.7.1.5 FORNECEDORES

7.7.1.5.1 ASPECTO FINANCEIRO

Fornecedores x Período da Demonstração Financeira

Compras

Indica o resultado da política de compras, ou seja, prazo médio de compras.

7.7.1.5.2 ASPECTO ECONÔMICO

Compras

Vendas

Indica o percentual das compras da empresa em relação às suas vendas.

7.7.1.5.3 RESULTADO

Aspecto Financeiro x Aspecto Econômico

Indica o número de dias do faturamento financiados por fornecedores.

7.7.1.6 OBRIGAÇÕES FISCAIS

7.7.1.6.1 ASPECTO FINANCEIRO

Obrigações Fiscais x Período da Demonstração Financeira

Imposto Faturado

Indica o prazo médio de recolhimento de impostos.

7.7.1.6.2 ASPECTO ECONÔMICO

Imposto Faturado

Vendas

Indica a parcela dos impostos incidentes sobre as vendas embutida no faturamento.

7.7.1.6.3 RESULTADO

Aspecto Financeiro x Aspecto Econômico

Indica o número de dias do faturamento financiado pelas obrigações fiscais.

7.7.1.7 OBRIGAÇÕES SOCIAIS

7.7.1.7.1 ASPECTO FINANCEIRO

Obrigações Sociais x Período da Demonstração Financeira

Despesas Administrativas

Indica o prazo médio das obrigações sociais.

7.7.1.7.2 ASPECTO ECONÔMICO

Despesas Administrativas

Vendas

Composição total das despesas em relação ao faturamento da empresa.

7.7.1.7.3 RESULTADO

Aspecto Financeiro x Aspecto Econômico

Indica o número de dias do faturamento financiados pelas obrigações sociais.

7.7.1.8 ADIANTAMENTO DE CLIENTES

7.7.1.8.1 ASPECTO FINANCEIRO

Adiantamento Clientes x Período da Demonstração Financeira

Compras

Indica a média de dias que os adiantamentos de clientes financiam as compras.

7.7.1.8.2 ASPECTO ECONÔMICO

Compras

Vendas

Indica a representatividade das compras em relação as vendas.

7.7.1.8.3 RESULTADO

Aspecto Financeiro x Aspecto Econômico

Indica o número de dias que os adiantamentos de clientes financiam das vendas.

8 PRINCIPAIS ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS EM UMA ANÁLISE

- Evolução das Vendas
- Recursos Gerados
- Evolução das Despesas Financeiras
- Lucro/Prejuízo Operacional
- Participação de Capitais de Terceiros
- Imobilização do Patrimônio Líquido
- Participação de Instituições de Crédito
- Liquidez Corrente
- Ciclo Financeiro
- Rentabilidade
- Cobertura da Necessidade Líquida de Capital de Giro

A partir deste momento já podemos começar a tecer algumas considerações sobre o desempenho econômico financeiro médio das empresas partindo da análise dos demonstrativos de uma amostra coletada.

**ASPECTOS SUBJETIVOS DA EMPRESA: SABARÁLCOOL S/A - AÇÚCAR E
ÁLCOOL, CGC:76.509.611/0001-21, INSTALADA NA CIDADE DE CAMPO
MOURÃO**

Em visita realizada no dia 21.08.97, fomos acompanhadas pelo Sr. José da Silva Galace, Gerente de Negócios da agência Campo Mourão e recebidas pelo Sr. Bogdan Hodniuk, Gerente Financeiro.

Empresa fundada em 16.10.82, com sede instalada no distrito de Ivaíândia, município de Engenheiro Beltrão - Pr.

Além da extinção da controladora Santa Neide, houve um enxugamento do quadro social com a saída dos sócios Luiz Francisco Nardelli de Barros, Norma Rezende Barros e Celso Albuquerque. Cabe salientar que a controladora era mantida somente para fins de benefícios fiscais, atualmente tem como sócios Sr. Amilcar Rabello Rezende (50%), Sr. Ricardo Albuquerque Rezende (49,9%) e Sra. Dayse Eliana Vicari Rezende (0,1%).

O Sr. Ricardo Albuquerque Rezende se desligou do controle acionário da Fazenda Sabará passando o Sr. Amilcar Rabello Rezende a possuir (99%) das cotas da mesma, cuja a atividade principal é a pecuária, tendo pequena área reservada para o plantio de cana.

A Sabarácool é uma empresa familiar, onde já existe a preocupação dos sócios com treinamento dos seus futuros sucessores, sendo que a terceira geração já está se voltando a formação técnica em Engenharia Agrônômica e Administração de Empresas.

Conta com um quadro funcional de aproximadamente 1.428 empregos diretos, sendo 548 na indústria e 880 na lavoura, evidenciando 843 empregos a mais que na visita anterior, destacando que, a partir desta safra, os funcionários da lavoura são contratados fixos. A empresa optou em não trabalhar mais com funcionários temporários, direcionando estes trabalhadores rurícolas a outras atividades no período de baixa, como por exemplo manutenção de jardins, etc.

A Sabarálcool mantém um bom relacionamento com todos os trabalhadores, em especial os rurícolas, ofertando: transporte gratuito até o local do trabalho, sopa e pão no início da atividade para os funcionários da lavoura, e agora, para complementar, vem estabelecendo metas de produtividade com remuneração em espécie.

Para transporte dos cortadores a empresa dispõe de 17 ônibus equipados com primeiros socorros, caixa de ferramentas e equipamentos de segurança.

Os demais funcionários, além de cestas básicas, dispõe de refeitório a preço subsidiado, (cada refeição custa apenas R\$ 0,60), atendimento médico - odontológico e equipamentos de segurança.

Cabe destacar que com estas melhorias a empresa já conseguiu aumentar a produtividade, além de criar maior motivação entre o quadro funcional.

CANA DE AÇÚCAR

A empresa apresentou uma expansão da área física e de produção, sendo que a área plantada passou de 7.500 has para 10.052 has, sendo 6.155 has de produção própria, 3.008 has dos acionistas e 889 has de fornecedores, estando sua produtividade média de 310 toneladas/has.

A Sabarálcool opera com sistema de parcerias/fornecedores, que são contratos de locação das terras por 06 anos, renováveis por mais 06. Existem contratos que já estão sendo renovados pela terceira vez consecutiva. A forma de pagamento a estes fornecedores corresponde a 35% / 40% do volume produzido de cana, conforme negociações contratuais.

Foi questionado sobre a opção de arrendamento e o Sr. Bogdan nos informou que não a fez em função de que haveria incidência de Imposto de Renda de 25%, o que acarretaria em maiores obrigações fiscais para a empresa.

Os investimentos em adubação e conservação do solo nas áreas produtivas dos contratos de parcerias, são todos efetuados por conta da Sabarálcool, que prefere arcar com estes custos em função da manutenção do padrão de qualidade do produto final.

Mantém ainda, um viveiro de mudas, para futuras plantações e reposições das mesmas quando detectada a necessidade através dos acompanhamentos de produtividade.

Além dos ônibus, dispõe de 39 caminhões de diversos modelos: simples, Romeu e Julieta e os Treminhões que são utilizados para o transporte da cana até a usina, cuja distancia média é de 16 km.

Após colhida, a cana sofre um processo de lavagem e moagem para a extração do caldo, que posteriormente será utilizado para produção do açúcar e do álcool.

Há um total aproveitamento dos resíduos, o bagaço é utilizado para alimentação das fornalhas que geram energia para aquecer as caldeiras, e o outro resíduo, mais precisamente a vinhaça, que por ser líquida, é depositada em um açude e irrigada para o canavial, servindo como adubo.

Os administradores encontram-se bastante otimistas com a produção da safra 97/98, tanto no volume de peso quanto no de sacarose, dada as condições climáticas favoráveis.

A lavoura é nova, com aproximadamente 04 anos, e encontra-se no auge de sua produtividade, sendo que sua vida útil é de 07 a 08 anos, ainda com rendimento produtivo de 82%. A previsão inicial era de colher 830 Mil Toneladas/Ano, porém, esta já foi revista, e a previsão atual é de atingir 900 Mil Toneladas.

ÁLCOOL

AÇÚCAR

No período 96/97 a Sabarálcool obteve expressivo crescimento, chegando a 7.000 sacos de 50 Kg/dia, perfazendo um montante corresponde a 40 Mil toneladas, sendo 35 Mil toneladas direcionada a exportação de forma direta e 5 Mil através de 03 Tradings cujo destino são os países Europeus, Canadá, USA, Egito, Ucrânia, Marrocos e Rússia. O açúcar atualmente está com bom nível de preço o que, aliado a isenção de alguns impostos (IPI, ICMS, PIS E COFINS), faz com que a margem seja boa.

Uma parte foi comercializada para o mercado interno, tendo como principais clientes a Zaeli, Doce & Cia, Pinduca , Rio Branco Refrigerantes e também algumas empacotadoras como, J.B. Barroso e Filhos, e a Jabur sediada em Paranavaí.

A empresa já possui o registro permanente do Ministério da Saúde, e deve entrar gradativamente no mercado interno a partir da entressafra, de 97/98, com pacotes de 02 kg e 05 kg. Com vistas a cobrir uma defasagem no faturamento, ocasionada pela paralização da usina no período de entressafra para manutenção. Para isto, conta com depósito para estocagem do produto fora da área da usina.

A estimativa de produção para 97/98 é de aproximadamente 900 Mil sacas de 50 kg. O açúcar para exportação é vendido a granel, e atualmente não conta com estoques do produto. Recentemente a mesma adquiriu uma centrífuga com capacidade de 3.000 sacos/dia dobrando a capacidade das 02 máquinas já existentes.

FINANCIAMENTO

Apresentamos de forma resumida a composição do endividamento da empresa.

MODALIDADE	INSTITUIÇÃO	VALOR
FINAME	Banco do Brasil	425.195,35
	Bradesco	737.181,88
	Banestado	412.804,93
	Excel/Econômico	263.060,38
	HSBC Bamerindus	31.360,05
	Banco Mercantil	21.012,38
SUB - TOTAL		1.890.614,97
RURAL/SECURITIZAÇÃO CUSTEIO	Banco Do Brasil	5.874.657,28
	Banestado	1.607.781,27
	Banco Do Brasil	8.111,58
SUB - TOTAL		1.615.892,85
POC	Banestado	198.076,84
	Badep	13.526,83
SUB - TOTAL		211.603,67
CÂMBIO	Bradesco	2.871.637,36
OUTROS CONTRATOS	Excel Econômico	392.718,42
	Itaú	336.333,96
SUB - TOTAL		729.052,38
FINEP	SUB - TOTAL	7.475,06
LINHAS DE CRÉDITO ROTATIVO	Diversos Bancos	3.559.206,11
TOTAL		16.760.139,68

No período de 1997 a empresa efetuou 02 investimentos através do Banco Bradesco S/A, cujo montante totaliza R\$ 1.040 Mil sendo R\$ 640 Mil através da aquisição de 01 filtro com capacidade de 8.000 litros, e o outro na centrífuga maior, para 3.000 sacas/dia, cujo valor corresponde a R\$ 400 Mil. Ambas operações foram finamizadas com prazos previstos respectivamente para 15.01.2002 e 15.02.2002, permanecendo as máquinas como garantia das operações.

ENDIVIDAMENTO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
CRÉDITO ROTATIVO	3.559.206,11	0,00
BANCO DO BRASIL	1.021.341,11	5.286.623,22
BRADERSCO	3.089.840,20	518.978,98
BANESTADO	1.017.416,39	1201.246,63
EXCEL ECONÔMICO	619.192,04	36.586,74
ITAÚ	336.333,96	0,00
HSBC BAMERINDUS	31.360,05	0,00
MERCANTIL	8.536,30	12.476,11
BADEP	14.378,98	6.622,86
TOTAL	9.697.605,14	7.062.534,54

Efetuoou em 28.02.97, operação no valor de R\$ 393 Mil com o Banco Excel Econômico S/A, cuja finalidade é de suprir a necessidade de giro, com vencimento previsto para 15.12.98, tendo como garantia alienação de veículos.

Apresenta também uma operação no valor de R\$ 336 Mil com Banco Itaú S/A ., com a finalidade de estocagem de álcool, com previsão do término em 07.07.97, cuja garantia é o álcool.

Cabe destacar ainda, que a Sabarálcool renegociou suas dívidas junto ao Banco do Brasil S/a ., pelo prazo de 08 anos com 02 de carência, dívidas estas que foram contraídas para o

custeio da lavoura de cana, cujo montante corresponde R\$ 5.875 Mil, através de um processo de securitização com taxas balizadas pelo preço mínimo do milho.

A estratégia da empresa é nos momentos em que os preços estiverem mais baixos, adquirir o produto que será estocado em armazéns do Governo e nos períodos de alta de cotações, vender o produto, podendo desta forma administrar a dívida a um custo mais baixo possível.

Segundo o gerente da empresa a necessidade de capital de giro está entre 3 a 4 milhões por mês, a qual é decorrente da folha de pagamento dos funcionários (recebimento mensal com adiantamento quinzenal), adiantamento necessários para seus contratos de exportações, pré pagamento de fornecedores e também para manutenção de cana durante o período de corte.

CONCLUSÃO

A Sabarálcool vem ocupando o 89º lugar entre as empresas do Estado e o 7º no segmento agrícola.

A empresa vem se preocupando com treinamento de seus futuros sucessores, estando a terceira geração voltada a formação técnica em Engenharia Agrônômica e Administração de Empresas, o que sem duvida favorecerá a empresa a longo prazo.

Os administradores encontram-se bastante otimistas com a safra 97/98 tanto no volume de peso quanto no de sacarose, em função das condições climáticas favoráveis, além do fato da lavoura ser nova, com apenas 04 anos, com excelente grau de produtividade, superando sua previsão inicial de 830 Mil Toneladas para 900 Mil Toneladas.

Vem apontando expressivo crescimento na produção de açúcar, atingindo nesta safra mais de 40 Mil/Toneladas, sendo a maior parte direcionada ao mercado externo, que aliado a isenção de alguns impostos, faz com que este produto tenha uma margem mais atrativa,

podendo chegar a 15%. Deve ainda nesta entressafra 97/98, entrar gradativamente no mercado interno com pacotes de 02 kg e 05 kg.

Essa opção pelo açúcar também ocorre num momento bastante propício para o produto, principalmente a nível de mercado externo.

Quanto ao álcool a tendência é de aumento de aproximadamente 30% na produção de anidro seguindo uma tendência Nacional, em vista de adição de 22% desse produto a gasolina e de inclusão de 6% a 8% ao diesel, cuja frota vem aumentando nos últimos anos.

O mercado do álcool visualiza uma melhora para os próximos anos, em função do incentivo por parte do governo com a retomada do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), devendo ser usado principalmente como um “Aditivo Verde” nos combustíveis, trazendo ganhos ambientais e ampliando os níveis de emprego, além da provável retomada da fabricação de veículos movidos a álcool.

Percebe-se a preocupação da empresa com a administração do caixa tanto que, nesta safra, não entregou álcool para a Petrobrás visto que a mesma sempre foi um cliente não pontual.

A empresa vem se descapitalizando em função de acumular sucessivos prejuízos, operando com expressiva deficiência de capital de giro próprio bem como de recursos para fazer frente aos elevados investimentos em giro, sendo sustentada na maior parte por elevado volume de aportes bancários, tanto de curto como de longo prazo, tendo a maioria dos bens alienados junto as carteiras de Finame, Leasing e Custeio.

Cabe destacar que seu endividamento, conforme quadro apresentado no relatório de visita, totaliza o montante de R\$16.760.139,68, sendo 58% a curto prazo, correspondendo a 12 meses de faturamento até 06/97. Salientamos que concentra os desembolsos nos meses de julho a setembro, quando ocorrem também os picos de venda da empresa. Destacamos ainda que o demonstrativo de que dispomos, referente a 06/97, reflete 04 meses de entressafra e apenas 02 meses do período de trabalho (moagem), o que de certa forma, distorce seu posicionamento global haja vista a sazonalidade.

Os incentivos governamentais, tanto para o álcool como para o açúcar, devem favorecer a empresa a médio ou longo prazo.

De forma geral, trata-se de empresa bem administrada, com bom grau de organização, instalações compatíveis com a atividade desenvolvida, administradores de excelente nível técnico, conhecedores do ramo, sempre buscando as melhores alternativas no sentido de inovação tecnológica, bastante conscientes do mercado de atuação e a real situação da empresa.

Como analisar com fins de minimizar os riscos de créditos concedidos nas instituições financeiras na atual conjuntura econômica

A T I V O								
<i>ATUALIZADO ATÉ 03/98</i>								
<i>Valores em milhares de reais</i>								
	31/12/95	%V	31/12/96	%V	%H	30/06/97	%V	%H
A T I V O	53.612	100	24.210	100	-55	31.259	100	29
CIRCULANTE	8.849	17	5.420	22	-39	9.773	31	80
Disponível	156	0	40	0	-74	4	0	-90
Caixa	12	0	18	0	50	3	0	-83
Banco conta Movimento	4	0	0	0	-100	1	0	100
Aplicações de Liquidez Imediata	140	0	22	0	-84	0	0	-100
Duplicatas a Receber Bruto	2.028	4	393	2	-81	1.504	5	283
Estoque	6.067	11	4.476	18	-26	5.736	18	28
Produtos Acabados	1.989	4	973	4	-51	455	1	-53
Produtos em Elaboração	0	0	0	0	0	61	0	100
Matéria Prima	3.624	7	2.739	11	-24	4.639	15	69
Almoxarifado	454	1	764	3	68	581	2	-24
Importações em Andamento	0	0	0	0	0	0	0	0
Adiantamento à Fornecedores	156	0	197	1	26	1.822	6	825
Aplicações Financeiras	0	0	232	1	100	41	0	-82
Despesas Antecipadas	0	0	80	0	100	596	2	645
Outros	442	1	2	0	-100	70	0	3400
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	342	1	435	2	27	476	2	9
Depósito Judicial	329	1	435	2	32	476	2	9
Duplicatas a Receber	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	13	0	0	0	-100	0	0	0
PERMANENTE	44.421	83	18.355	76	-59	21.010	67	14
Investimentos	23	0	38	0	65	39	0	3
Participação Empresas Ligadas	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	23	0	38	0	65	39	0	3
Imobilizado	44.398	83	18.317	76	-59	20.971	67	14
Imobilizado Fixo	13.745	26	1004	41	-27	11.006	35	10
Imobilizado Técnico	30.653	57	17.079	71	-44	18.623	60	9
(-)Depreciação/Amort./Exautão	0	0	8.766	36	100	8.658	28	-1
Diferido	0	0	0	0	0	0	0	0
Gastos Pré Operacionais	0	0	0	0	0	0	0	0

Como analisar com fins de minimizar os riscos de créditos concedidos nas instituições financeiras na atual conjuntura econômica

PASSIVO								
<i>ATUALIZADO ATÉ 03/98</i>								
<i>Valores em milhares de reais</i>								
	31/12/95	%V	31/12/96	%V	%H	30/06/97	%V	%H
PASSIVO	53.612	100	24.210	100	-55	31.259	100	29
CIRCULANTE	6.411	11	5.056	21	-18	12.710	41	151
Fornecedores	1.884	4	1.538	6	-18	2.763	9	80
Instituições de Crédito	3.857	7	3.061	13	-21	8.155	26	166
Financiamento Moeda Nacional	3.356	6	2.812	12	-16	7,824	25	178
Financiamento Moeda Estrangeira	0	0	0	0	0	0	0	0
Duplicatas Descontadas	501	1	249	1	-50	331	1	33
Títulos a Pagar	0	0	0	0	0	0	0	0
Salários/Tributos/Contribuições	268	0	438	2	63	627	2	43
Obrigações Fiscais	63	0	244	1	287	230	1	-6
Obrigações Sociais	205	0	194	1	-5	397	1	105
Adiantamentos de Clientes	12	0	16	0	33	1,126	4	6938
Contas a Pagar	123	0	3	0	-98	39	0	1200
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
EXIGIVEL LONGO PRAZO	12.923	24	13.434	55	4	12.588	40	-6
Instituições de Crédito	12.923	24	9.582	40	-26	8.937	29	-7
Financiamento Moeda Nacional	12.923	24	9.582	40	-26	8.937	29	-7
C/C Sócios/Coligadas/Controladas	0	0	0	0	0	0	0	0
Provisões	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações Fiscais	0	0	3.852	16	100	3.651	12	-5
RESULTADOS EXERCÍCIOS FUTUROS	3.624	7	2.739	11	-24	5.041	16	84
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.921	58	2.981	12	-90	920	3	-69
Capital Social	5.500	10	6.500	27	18	6.500	21	0
Reservas	32.848	61	3.432	14	-90	3.432	11	0
Reserva de Capital	1.089	2	89	0	-92	89	0	0
Reserva de Lucros	8	0	8	0	0	8	0	0
Reserva de Reavaliação	31.751	59	3.335	14	-89	3.335	11	0
Reserva de Equalização	0	0	0	0	0	0	0	0
Lucros/Prejuízos Acumulados	-7.427	-14	-6.951	-29	-6	-9.012	-29	30

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS

*ATUALIZADO ATÉ 03/98
Valores em milhares de reais*

	31/12/95	%V	31/12/96	%V	%H	30/06/97	%V	%H
(+) Receitas de Produtos	21.874	117	20.182	109	-8	11.076	100	-45
(+) Receitas de Serviços	481	3	33	0	-93	4	0	-88
RECEITA BRUTA	22.355	119	20.215	109	-10	11.080	110	-45
(-) Devoluções	0	0	158	1	100	0	0	-100
(-) Impostos	3.612	19	1.541	8	-57	1.028	10	-33
RECEITA LÍQUIDA	18.743	100	18.516	100	-1	10.052	100	-46
(-) CMV/CPV/CSP	13.445	72	12.479	67	-7	8.944	89	-28
LUCRO BRUTO	5.298	28	6.037	33	14	1.108	11	-82
(-) Despesas Operacionais	2.544	14	3.003	16	18	1.786	18	-41
(-) Despesas de Vendas	0	0	1.324	7	100	404	4	-69
(-) Despesas Administrativas	2.161	12	1.035	6	-52	1.138	11	10
(-) Despesas Tributárias	383	2	534	3	39	244	2	-54
(-) Outras Despesas Operacionais	0	0	110	1	100	0	0	-100
(+) Outras Receitas Operacionais	59	0	228	1	286	50	0	-78
Recursos de Operações	2.813	15	3.262	18	16	-628	-6	-119
RES. OPER. ANTES RES. FINANC.	2.813	15	3.262	18	16	-628	-6	-119
(-) Despesas Financeiras	2.396	13	1.297	7	-46	1.642	16	27
(+) Receitas Financeiras	97	1	136	1	40	84	1	-38
RES. OPER. APÓS RES. FINANC.	514	3	2.101	11	309	-2186	-22	-204
(-) Variações Monetárias Passivas	3.496	19	2.319	13	-34	2.018	20	-13
(+) Variações Monetárias Ativas	504	3	668	4	33	272	3	-59
(+/-) Result. Ajuste a Vlr Presente	2.860	15	1	0	-100	2	0	100
RES. OPER. APÓS EFEITOS INFL.	382	2	451	2	18	-3.930	-39	-971
(-) Despesas Extra Operacionais	0	0	0	0	0	192	2	100
(+) Receitas Extra Operacionais	734	4	26	0	-96	0	0	-100
RESULTADO ANTES I.R.	1.116	6	477	3	-57	-4.122	-41	-964
(-) Provisão de Imposto Renda	0	0	0	0	0	0	0	0
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO	1.116	6	477	3	-57	-4.122	-41	-964

Indicadores Econômico-Financeiros

	12/95	12/96	06/97
Estrutura			
Participação Capitais de Terceiros	62	620	2.750
Endividamento Bancário	54	454	1.858
Endividamento Oneroso	54	424	1.858
Composição das Exigibilidades	32	27	50
Participação de Capital de Terceiros no Investimento Total	36	76	81
Imobilização do PL	144	616	2.284
Margem de Garantia a Capitais de Terceiros	162	16	4
Liquidez			
Liquidez Geral	0,48	0,32	0,41
Liquidez Corrente	1,44	1,07	0,77
Liquidez Seca	0,45	0,19	0,32
Relação NLCDG/Vendas	-27	-16	-46
Relação Tesouraria/Vendas	-15	-14	-73
Relação Longo Prazo/Vendas	56	65	109
Relação CDG/Vendas	2	2	4
Ciclo Financeiro	98	56	166
Desempenho Operacional			
Giro do Ativo	0,35	0,76	0,32
Recursos das Operações sobre Duplicatas a Receber	139	200	-57
Recursos de Operações/NLCDG	-46	-103	12
Evolução de Vendas (Real)	0	-1	-46
Índice de Inflação	22	9	3
Resultados			
Rentabilidade do Ativo	2	2	-12
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	4	19	-69
Relações com Instituições de Crédito			
Financiamento Investimento Total por Instituições Crédito	31	52	55
Participação Instituições de Crédito no Endividamento da Empresa	88	68	68
Financiamento do Ativo Circulante por Instituições de Créditos	44	56	83
Nível de Desconto de Duplicatas	25	63	22

Mutação do Patrimônio Líquido

	31/12/95	%V	31/12/96	%V	30/06/97	%V
Patrimônio Líquido Inicial	0	0	30.921	1037	-2981	324
(+/-) Incorporação Lucros/Prejuízos	1.116	4	477	16	-2061	-224
(+) Integralização Capital em R\$/ Bens	0	0	0	0	0	0
(+/-) Cisão/Incorporação	0	0	0	0	0	0
(-) Dividendos	0	0	0	0	0	0
(+) Reavaliação de Bens do Período	0	0	0	0	0	0
(+/-) Ajustes	29.805	96	-28417	-953	0	0
Patrimônio Líquido Final	30.921	100	2.981	100	920	100

<i>Análise da Situação Financeira – ASF</i>								
<i>ATUALIZADO ATÉ 03/98</i>								
<i>Valores em milhares de reais</i>								
	31/12/95	%V	31/12/96	%V	%H	30/06/97	%V	%H
Vendas	22.355		20.057		-10	11.080		-45
N C G (-) / Folga (+)	-6.087	100	-3.154	100	-48	-5.142	100	-63
Duplicatas a Receber Liquidas	2.028	33	393	12	-81	1.504	29	283
Estoques	6.067	100	4.476	142	-26	5.736	112	28
Adiantamentos a Fornecedores	156	3	197	6	26	1.822	35	825
Despesas Antecipadas	0	0	80	3	100	596	12	645
Fornecedores	1.884	31	1.538	49	-18	2.763	54	80
Obrigações Fiscais	63	1	244	8	287	230	4	-6
Obrigações Sociais	205	3	194	6	-5	397	8	105
Adiantamentos de Créditos	12	0	16	1	33	1.126	22	6938
Tesouraria	-3.382	-56	-2.790	-88	-18	-8.079	-157	-190
Disponibilidade	156	5	40	1	-74	4	0	-90
Outros Ativos Circulantes	442	13	234	8	-47	111	1	-53
Instituições de Crédito	3.857	114	3.061	110	-21	8.155	101	166
Outros Passivos Circulantes	123	4	3	0	-98	39	0	1200
Fontes (+)/Aplicações (-) de LP	12.581	207	12.999	412	3	12.112	236	-7
Exigível a Longo Prazo	12.923	103	13.434	103	4	12.588	104	6
Realizável a Longo Prazo	342	3	435	3	27	476	4	9
R E F	3.624	60	2.739	87	-24	5.041	98	84
C G P (+)/Deficiência C G P(-)	-13.500	-222	-15.374	-487	-14	-20.090	-391	-31
Patrimônio Líquido	30.921	229	2.981	19	-90	920	5	-69
Ativo Permanente	44.421	329	18.355	119	-59	21.010	105	14

Analise do Ciclo Financeiro

Descrição	31/12/95			31/12/96			30/06/97		
	Finan.	Econ.	Resul.	Finan.	Econ.	Resul.	Finan.	Econ.	Resul.
DPL a Receber Líquidas	33	1,00	33	7	1,00	7	49	1,00	49
Estoques	162	0,60	97	129	0,62	80	231	0,81	186
Adiantamento a Fornecedores	4	0,60	2	6	0,62	4	73	0,81	59
Despesas Antecipadas	-	-	-	10	0,15	1	120	0,16	19
Fornecedores	50	0,60	30	51	0,54	28	87	1,03	90
Obrigações Fiscais	6	0,16	1	57	0,08	4	81	0,09	8
Obrigações Sociais	34	0,10	3	67	0,05	3	126	0,10	13
Adiantamento de Clientes	-	-	-	1	0,54	1	35	1,03	36
CICLO FINANCEIRO	109		98	-24		56	144		166

Os valores das demonstrações financeiras foram atualizados utilizando-se a variação do IGP/FGV como índice.

CONCLUSÃO

O processo de decisão de risco e crédito possui um vasto campo de verificação e deve estar sempre sendo ajustado através de informações atualizadas de mercado, quanto as expectativas, tendências e necessidades futuras de cada segmento, vislumbrando em menor risco para a instituição que conceda o crédito.

Para que as decisões de crédito sejam seguras é necessário que sejam abordados seus aspectos objetivos e observados todos os aspectos subjetivos que fazem parte do processo.

Entretanto, deve-se estar atento ao que se conhece da empresa e de seus administradores, sua capacidade operacional, habilidade gerencial dos administradores, variáveis externas que possam interferir na estabilidade econômico-financeira da empresa, suas disponibilidade de bens e recursos liquidáveis os quais permitam saldar seus compromissos, as garantias que serão oferecidas, análise de seu setor de atuação e visitas a sua empresa, bem como a experiência e tempo de existência no mercado, e o inter-relacionamento com as demais instituições financeiras, são importantes fontes de informações para a tomada de decisões.

Tudo isso só é possível ser observado através da “FICHA CADASTRAL” do cliente atualizada a qual nos permite uma consulta rápida e precisa sobre a real situação do cliente, permitindo assim, definir o perfil do cliente que desejamos atender, ou o mais próximo da realidade que idealizamos ser o melhor para a instituição.

Outro aspecto fundamental é o “felling” das pessoas que tomam decisões de crédito.

O Mercado Brasileiro, vem tentando através da política monetária estabelecer o equilíbrio macroeconômico, porém em função da instabilidade financeira ocasionada pelos consecutivos choques heterodoxos praticados desde 1986, ou seja, os juros altos os quais inibem os investimentos privados, agravam o desequilíbrio fiscal acarretando um aumento na

carga tributária, fazendo com que a empresa comecem a buscar recursos junto as instituições financeiras, e não conseguindo honrar seus compromissos, vem incorrendo em crescente nível de inadimplência no País.

Por isso, o Conselho Monetário Nacional (CMN) criou em maio de 1997 uma valiosa ferramenta de supervisão bancaria, o Sistema Central de Risco de Crédito, o qual deverá ajudar a diminuir a inadimplência no sistema financeiro.

A partir da criação do sistema todas as instituições financeiras que tenham operações de crédito foram obrigadas a informarem, mensalmente, a partir do segundo semestre do ano passado, o volume de operações de suas carteiras e as responsabilidades por garantias (provisão para créditos em liquidação), discriminado o nome da empresa ou da pessoa física (valores superiores a R\$ 50 mil).

Portanto o analista da instituição irá usar todas as informações de varias maneiras dentro da área de crédito, entre elas um ranking próprio, pois a boa utilização das informações é que diminuirá a inadimplência bancaria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FILHO, Francisco Ávila. Manual de Análise Avançada de Crédito. São Paulo: IBCB 26, 1992.

Gerência de Administração de Risco do Banco do Estado do Paraná S/A .
Apostila de Análise de Crédito, 4ª edição, 1997.

IUDÍCIBUS, Sérgio de e outros. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. 2ª edição São Paulo: Atlas, 1989.

Jornais: Gazeta Mercantil, Industria & Comercio, Gazeta do Povo, Folha de São Paulo.

MARTINS, Eliseu. Análise da Correção Monetária das Demonstrações Financeiras: Implicações no Lucro e na Alavancagem Financeira. 2ª ed. São Paulo

Revistas: Veja, Exame e Conjuntura.

SANTI FILHO, Armando de. e **OLINQUEVITCH**, José Leônidas. Análise de Balanços para Controle Gerencial: Enfoque sobre o Fluxo de Caixa e Previsão de Rentabilidade, 3ª edição, São Paulo: Atlas, 1995.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. Análise de Crédito - Concessão e Gerência de Empréstimos. São Paulo: Atlas, 1994.

SILVEIRA, Moyses Prates. Anotações de sala de aula da disciplina Gestão Financeira.

TORRES, Cláudio de O . Manual de Gerenciamento de Risco de Crédito. São Paulo: IBCB; 30, 1993.